



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

**EMILLY GABRIELE FRANKLIN DOS SANTOS
JAQUELINE DOS SANTOS XAVIER**

**OS PROCESSOS DE PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO PROFISSIONAL DO
SERVIÇO SOCIAL:** Um estudo da realidade da região metropolitana de Aracaju.

SÃO CRISTÓVÃO/SE

2023.1

EMILLY GABRIELE FRANKLIN DOS SANTOS
JAQUELINE DOS SANTOS XAVIER

**OS PROCESSOS DE PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO PROFISSIONAL DO
SERVIÇO SOCIAL:** Um estudo da realidade da região metropolitana de Aracaju.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Departamento de Serviço Social como
requisito parcial para obtenção de título de
Bacharel em Serviço Social pela Universidade
Federal de Sergipe.

Orientador: Prof. Dr. Jetson Lourenço Lopes
Da Silva.

SÃO CRISTÓVÃO/SE

2023.1

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

FOLHA DE APROVAÇÃO

**EMILLY GABRIELE FRANKLIN DOS SANTOS
JAQUELINE DOS SANTOS XAVIER**

**OS PROCESSOS DE PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO PROFISSIONAL DO
SERVIÇO SOCIAL:** Um estudo da realidade da região metropolitana de Aracaju.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Departamento de Serviço Social como
requisito parcial para obtenção de título de
Bacharel em Serviço Social pela Universidade
Federal de Sergipe.

Orientador: Prof. Dr. Jetson Lourenço Lopes
Da Silva.

Aprovado em: ____/____/____

Banca Examinadora

Prof. Dr. Jetson Lourenço Lopes Da Silva

Profa. Ma. Bruna Mariana Oliveira dos Santos Moura

Me. PROSS/UFS Rafael Barbosa Calumbi da Silva

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, quero agradecer a Deus pelo dom da vida, por me dar força e orientação, que me sustentaram nos momentos mais desafiadores ao longo desta jornada.

Agradeço especialmente a minha mãe, Roberta, que sempre esteve ao meu lado, fornecendo encorajamento. Este trabalho é dedicado a você como uma expressão da minha gratidão por tudo o que você fez e faz por mim ao longo dos anos. Obrigada por todo sacrifício que fez para que eu pudesse vencer.

Gratidão imensa aos meus irmãos, pelo amor incondicional que sempre me dedicaram: Roberto Neto, Arthur e Aryel vocês foram minha âncora, meu refúgio, sinto que todo esse caminho que estou trilhando é por vocês também.

Quero agradecer à toda minha família, que sempre esteve ao meu lado, cada um de vocês desempenhou um papel fundamental em minha jornada. Obrigado por fazerem parte deste capítulo importante da minha vida. Aos meus avós, vocês foram uma fonte constante de determinação, sabedoria e amor: Adelaide, Roberto e Gilzete obrigada por todo apoio e por nunca me deixarem desistir dos meus objetivos. Agradeço por sempre me proporcionarem amor e proteção.

Minha querida tia Angélica, sua orientação e apoio ao longo dos anos foram inestimáveis. Suas palavras sábias e seu incentivo constante foram de grande importância em minha jornada. Obrigada por todas as orações e por sempre acreditar em mim.

Ao meu namorado Rafael, você foi meu pilar de apoio, meu companheiro constante e minha fonte de motivação. Suas palavras de incentivo e paciência fizeram toda a diferença, deixando esse período mais leve, obrigada por todo amor e cuidado que me proporciona.

A minha grande amiga e parceira Jaqueline, gratidão a você que desempenhou um papel significativo em minha jornada desde o primeiro dia de aula, saiba que essa vitória é nossa. Você esteve ao meu lado nas noites de estudo intermináveis, nos momentos de dúvida e também nas celebrações, levarei sua amizade comigo em todas as fases da vida, você para mim é família.

Aos meus amigos do curso, especialmente as que estiveram comigo desde o início, Monalisa, Maria Rita, Isadora e Allana, obrigada pelos conselhos, risadas e choros e pelo apoio que demos umas as outras. Suas amizades são muito importantes para mim.

Deixo também, meus sinceros agradecimentos ao meu orientador Jetson Lourenço pela dedicação, paciência e orientação nesse processo ímpar da minha graduação.

Emilly Gabriele Franklin dos Santos

AGRADECIMENTOS

Primordialmente agradeço a Deus pelas oportunidades que tem me dado, pelas bênçãos alcançadas e uma delas é a graduação, por ter iluminado o meu caminho, me dado capacidade e força para concluir essa trajetória.

Agradeço a pessoa mais especial que Deus colocou em minha vida, meu Esposo Gabriel Lima, pelo grande apoio que me deu durante toda essa jornada da formação, pelo imenso amor e dedicação. Digo a todos que esse diploma vai ser entregue também a você, pois esteve comigo desde a escolha do curso até o final desta graduação me acompanhando todos os dias, me ajudando com força e garra a concluir esse sonho. Deixo registrado toda a minha gratidão, amo-te a cada dia imensamente.

Agradeço a minha família, minha mãe Givalda, meu pai José, a minha irmã Jocilene, ao meu irmão Jefferson, ao meu primo Fernando, pelo amor e dedicação, por terem me dado os subsídios para eu ter me tornado o ser humano que sou hoje e por torcerem as minhas conquistas. Agradeço a Deus por existirem na minha vida.

Agradeço a minha segunda família, minha sogra Giselia e tia Rute, presentes de Deus na minha vida, pois além de ter me dado o maior presente de todos que foi meu esposo Gabriel, de quebra ganhei essas duas joias raras. Sou muito grata por todo amor, carinho, afeto e por terem me acolhido também como parte da família. Agradeço pelas reflexões, por todo o apoio que recebi e por sempre torcerem por mim.

Agradeço a minha companheira de curso, Emilly Franklin, com quem compartilhei todas as experiências que vive na UFS, desde o primeiro dia de aula a nossa conexão bateu e seguimos juntas até o final, literalmente kkkk. Sem você esse curso não seria a mesma coisa, levarei a nossa sintonia e amizade para além dos muros da Universidade, pois nos tornamos mais que amigas, nos tornamos irmãs. Realizamos este trabalho juntas e esse curso é uma vitória nossa.

Agradeço as minhas amigas da UFS, Allana, Isadora, Monalisa e Rita pelo companheirismo nos trabalhos acadêmicos, pelos momentos felizes que passamos, pelas boas conversas no nosso grupo “Guerreiras da UFS” kkk, obrigada por tudo.

Agradeço ao nosso orientador Jetson Lourenço pela orientação bem conduzida que nos foi dada, pela contribuição dos seus conhecimentos para a elaboração deste trabalho. Pelo incentivo e a direção correta que nos foi dado, muito obrigado!

Enfim, levarei as experiências e o aprendizado para a vida e todo o esforço valeu a pena. Estou muito feliz e sou grata a Deus por ter conseguido concluir essa fase da minha vida com êxito. Obrigada a todos!

Jaqueline dos Santos Xavier

“O momento que vivemos é um momento pleno de desafios. Mais do que nunca é preciso ter coragem. É preciso ter esperança para enfrentar o presente. É preciso resistir e sonhar”.

Marilda V. Iamamoto

RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) tem por objetivo principal trazer informações e considerações que são fruto de pesquisa sobre a realidade profissional dos/as assistentes sociais que vivenciam processos de precarização no trabalho profissional. Vale frisar que, tal cenário está relacionado diretamente à tentativa de superação das crises pelo capital, que por sua vez usa a precarização do trabalho como estratégia fundamental para ampliar sua exploração sobre a classe trabalhadora e deste modo impulsionar sua lucratividade e geração de mais-valia. Essas mudanças afetam drasticamente o mundo do trabalho com a redução de investimentos nas políticas públicas, intensificação da privatização e da terceirização impulsionado pelo Estado que, por sua vez, propicia a recuperação capitalista. O TCC reflete uma pesquisa de caráter exploratório com abordagem qualitativa, com objetivo de contextualizar sobre a questão do processo de precarização do mundo do trabalho em geral e de tocar na particularidade que recai sobre as/os assistentes sociais, em especial na realidade da Região Metropolitana de Aracaju. Para atingir o objetivo em questão, foi utilizado como instrumento metodológico, a pesquisa em recursos documentais e bibliográficos a partir de livros, artigos, revistas, publicações, trabalhos acadêmicos, leis, portarias, dados e fontes de publicações em sites do CFESS, do IBGE, da PNAD, da CUT. Este Trabalho de Conclusão de Curso está subdividido em 3 (três) capítulos. Obtivemos como resultado a sistematização das diversas limitações do fazer profissional mediante o processo dos desmontes das políticas públicas e a intensificação da precarização do trabalho da categoria, baseado no contexto político vigente dentro do sistema econômico capitalista ao qual está inserido.

Palavras-chaves: Serviço Social; Precarização do trabalho; Desmonte das políticas públicas; Contrarreformas; Direitos trabalhistas.

ABSTRACT

The main objective of this Final Paper is to provide information and considerations that are the result of research into the professional reality of social workers who experience processes of precariousness in their professional work. It is worth stressing that this scenario is directly related to capital's attempt to overcome crises, which in turn uses the precariousness of work as a fundamental strategy to expand its exploitation of the working class and thus boost its profitability and generation of surplus value. These changes drastically affect the world of work with a reduction in investment in public policies, intensification of privatization and outsourcing driven by the state, which in turn promotes capitalist recovery. The TCC reflects exploratory research with a qualitative approach, with the aim of contextualizing the issue of the process of precariousness in the world of work in general and touching on the particularity that falls on social workers, especially in the reality of the Aracaju Metropolitan Region. In order to achieve the objective in question, the methodological tool used was research into documentary and bibliographic resources based on books, articles, magazines, publications, academic papers, laws, ordinances, data and sources of publications on the CFESS, IBGE, PNAD and CUT websites. This Course Conclusion Paper is subdivided into 3 (three) chapters. As a result, we have systematized the various limitations of professional work through the process of dismantling public policies and intensifying the precariousness of the category's work, based on the political context in force within the capitalist economic system to which it belongs.

Keywords: Social work; Job insecurity; Dismantling of public policies; Counter-reforms; Labor rights.

RESUMEN

El objetivo principal de este Trabajo Final es aportar información y consideraciones fruto de la investigación sobre la realidad profesional de los trabajadores sociales que experimentan procesos de precariedad en su labor profesional. Cabe destacar que este escenario está directamente relacionado con el intento de superación de las crisis por parte del capital, que a su vez utiliza la precariedad laboral como estrategia fundamental para aumentar su explotación de la clase trabajadora y potenciar así su rentabilidad y generación de plusvalía. Estos cambios afectan drásticamente al mundo del trabajo con la reducción de la inversión en políticas públicas, la intensificación de las privatizaciones y la externalización impulsada por el Estado, que a su vez promueve la recuperación capitalista. El TCC refleja una investigación exploratoria con enfoque cualitativo, con el objetivo de contextualizar la cuestión del proceso de precarización en el mundo del trabajo en general y tocar la particularidad que recae sobre los trabajadores sociales, especialmente en la realidad de la Región Metropolitana de Aracaju.

Para alcanzar el objetivo en cuestión, la herramienta metodológica utilizada fue la investigación en recursos documentales y bibliográficos basados en libros, artículos, revistas, publicaciones, trabajos académicos, leyes, ordenanzas, datos y fuentes de publicaciones en los sitios web de la CFESS, IBGE, PNAD y CUT. Este Trabajo de Conclusión de Curso está subdividido en 3 (tres) capítulos. Como resultado, hemos sistematizado las diversas limitaciones del trabajo profesional a través del proceso de desmantelamiento de las políticas públicas y de la intensificación de la precarización del trabajo de la categoría, a partir del contexto político vigente en el sistema económico capitalista al que pertenece.

Palabras clave: Trabajo social; Precariedad laboral; Desmantelamiento de las políticas públicas; Contrarreformas; Derechos laborales.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEPSS - Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social

CFESS - Conselho Federal de Serviço Social

CRESS – Conselho Regional de Serviço Social

CLT - Consolidação das Leis do Trabalho

CRAS - Centro de Referência da Assistência Social

CUT - Central Única dos Trabalhadores

DF - Distrito Federal

DSS - Departamento de Serviço Social

EUA - Estados Unidos

ENESSO - Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social

FAPESE - Fundação de Apoio a Pesquisa e Extensão de Sergipe

HUSE - Hospital de Urgência de Sergipe

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IFS - Instituto Federal de Sergipe

OS - Organizações Sociais

PEC - Proposta de Emenda Constitucional

PLC - Projeto de Lei Complementar

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PSS – Processo Seletivo Simplificado

RMA - Região Metropolitana de Sergipe

TCC - Trabalho de Conclusão de Curso

UFS - Universidade Federal de Sergipe

UPA - Unidades de Pronto Atendimento

USF - Unidade de Saúde da Família

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Taxa (%) de Desemprego no Brasil no período de 2004 a 2018	39
--	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 - Taxas de desemprego entre os anos 2015 e 2022.....	45
---	----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO 01 – Crise Capitalista e Transformações no Mundo do Trabalho.....	17
1.1 – A categoria trabalho em Marx: as relações sociais de produção da vida na sociedade burguesa	17
1.2 – Crise do capital e o mundo do trabalho	22
CAPÍTULO 02 – Trabalho profissional e precarização	31
2.1- Serviço Social e trabalho nas relações sociais capitalistas	31
2.2 – Trabalho na contemporaneidade: fenomenologia das formas de precarização...	41
CAPÍTULO 03 – Trabalho profissional e precarização: a realidade da Região Metropolitana e as lutas para a resistência da categoria	48
3.1 - Indicadores do processo de precarização do trabalho profissional na RMA: análise das sistematizações de TCC's e Relatórios de Estágio do DSS/UFS	48
3.2 – As lutas e posicionamentos do Serviço Social: questões pertinentes ao processo de precarização do exercício profissional	56
3.3 – Aproximação com produções no Serviço Social sobre a temática.....	61
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	64
REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS	66

INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) tem como título “os processos de precarização do trabalho profissional do Serviço Social: um estudo da realidade da Região Metropolitana de Aracaju”, portanto visa analisar os processos de precarização mais geral do mundo do trabalho para construir as mediações para a compreensão dele na particularidade da Região Metropolitana de Aracaju, no que diz respeito ao trabalho do Serviço Social.

Para tanto, especificamente, foram realizadas leituras de produções que já tratavam sobre a temática da pesquisa, a fim de obtermos nesse primeiro passo uma primeira aproximação com o objeto de estudo. Tal análise, possibilitou compreender como se dá a efetivação dos processos de precarização, que permeiam a realidade da classe trabalhadora como um todo e posteriormente centralizar as particularidades que tocam o fazer profissional do Serviço Social.

Trazendo os apontamentos através das perspectivas dos autores sobre a relação entre capital e trabalho, as crises capitalistas e a hegemonia neoliberal que foram, ao longo da história, tencionando ainda mais as reconfigurações das políticas sociais, a precarização das relações de trabalho e aumento de desemprego, ou seja, construindo determinações que acabam por afetar com precarização a classe trabalhadora.

O interesse pela pesquisa surgiu no decorrer da nossa formação acadêmica no curso de Serviço Social, a partir de estudos acerca da atuação profissional das/os assistentes sociais frente aos desafios encontrados nos espaços institucionais aos/as quais estão inseridos/as. A temática se tornou pertinente a partir da identificação dos processos de precarização, observados nas leituras realizadas, que dificultam o exercício profissional e sua aproximação mais efetiva com o Projeto Ético-Político. Portanto, visamos elucidar questões fundamentadas nos impasses encontrados pela categoria no cotidiano.

Para a realização da pesquisa cujo resultado se expressa neste TCC, foi feita a coleta de dados sobre o desemprego, o processo de avanço da terceirização, a informalidade, etc. Também foi realizado um estudo a partir da tradição marxista para nos apropriar teoricamente sobre a questão da precarização e, com isso, ser possível compreender como ela incide sobre o trabalho dos/das assistentes sociais, tendo como foco a realidade local.

Vale ressaltar que a natureza da pesquisa é de caráter qualitativo e trata-se de uma pesquisa social, pois estabelece uma contextualização sobre os aspectos econômicos, sociais e políticos que envolvem a temática abordada.

O recurso metodológico que foi utilizado para atingir o objetivo de compreender a manifestação da precarização na realidade local, a respeito do trabalho do Serviço Social foi de cunho bibliográfico, através de informações de materiais científicos já publicados pelo Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Além disso, lançamos mão de pesquisa documental e exploratória realizando a análise de diversos autores para apropriação teórica e aproximação do objeto.

A escolha pelo recurso de análise em determinados Trabalhos de Conclusão de Curso e em Relatórios de Estágio Supervisionado Obrigatório deu-se porque através da seleção de alguns deles seria possível encontrar informações sistematizadas sobre o exercício profissional particularizado na realidade da Região Metropolitana de Aracaju. Com base na leitura e análise desses materiais foi possível trazer elementos da realidade que têm relação com o processo de precarização do trabalho profissional.

O recorte temporal da pesquisa foi demarcado entre os anos de 2015 a 2022, pois marcam um contexto de acentuação da precarização do trabalho no Brasil em decorrência de determinantes políticos, econômicos e também de emergência sanitária.

Este TCC está subdividido em 03 (três) capítulos, além da introdução e considerações finais. No primeiro capítulo intitulado “Crise Capitalista e Transformações no Mundo do Trabalho” é feita uma análise baseada nos fundamentos teóricos marxista sobre a relação entre capital e trabalho e sobre as crises intrínsecas ao capitalismo.

No segundo capítulo, intitulado “Trabalho profissional e precarização” abordamos o significado social da profissão e os processos de trabalho ao qual estão inseridos, identificando os aspectos da precarização que afetam o mundo do trabalho a nível Nacional e as particularidades na região Nordeste e no estado de Sergipe, para a partir daí dar centralidade à Região Metropolitana de Aracaju.

No terceiro capítulo, intitulado “Trabalho profissional e precarização: a realidade da Região Metropolitana e as lutas para a resistência da categoria”, sistematizamos indicadores de processos de precarização que afetam o trabalho profissional dos/as assistentes sociais diretamente e indiretamente na Grande Aracaju e apresentamos considerações sobre as lutas e resistências construídas pela categoria para dar enfrentamento a este processo.

Por fim, nas considerações finais destacamos as principais problematizações abordadas ao decorrer da pesquisa, enfatizando a importância da discussão sobre a busca pelo entendimento dos processos que levam a precarização do trabalho do profissional, criando assim, aporte teórico para futuras discussões sobre a temática.

CAPÍTULO 01 – Crise Capitalista e Transformações no Mundo do Trabalho

1.1 – A categoria trabalho em Marx: as relações sociais de produção da vida na sociedade burguesa

De acordo com Marx (1985) o trabalho é definido pela utilização da força de trabalho sobre algo, é um processo que é realizado pela interação entre o homem e a natureza, é a ação que o homem exerce sobre as coisas que advém da natureza modificando-as ao uso da sua necessidade no momento, a fim de obter algo útil à sua subsistência. O trabalho possui um grande valor por ser a atividade afirmadora da vida, que forma a existência dos indivíduos, instaura um caráter social e mostra que é no trabalho que se manifesta a superioridade humana em consideração aos demais seres vivos.

E assim, essa ação que o homem exerce sobre a natureza alterando-a e modificando-a, acaba por modifica-lo também, a modificar a história da sociedade, ao passo em que esses movimentos e as necessidades vão evoluindo com o passar do tempo, como Marx (1985) explica:

O trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural como com uma potência natural [Naturmacht]. A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. (Marx, 1985, p. 188)

Segundo Marx (1985), A ação que o homem realiza na natureza acontece com uma previa idealização do objeto antes de realiza-la, e isso é o que o difere dos animais, a capacidade teleológica. O homem é capaz de pensar no que será feito antes de iniciar a ação sobre a natureza, ele tem um objetivo a alcançar, e ao final já sabe qual será o resultado e isso ele vai chamar de produto do trabalho, um bem para satisfação de necessidade, “os momentos simples do processo de trabalho são, em primeiro lugar, a atividade orientada a um fim, ou o trabalho propriamente dito; em segundo lugar, seu objeto e, em terceiro, seus meios”. (Marx, 1985, p. 189)

O homem idealiza e fabrica os seus instrumentos de trabalho que são usados para modificar o seu meio e com isso consegue perpetuar a sua existência na vida e faz com que se alargue as suas potencialidades, o faz realizar feitos que não poderia sem os instrumentos por ele fabricados. E essa capacidade teleológica, trabalho, ele não realiza para transformar as coisas, realiza por extinto na tentativa de manter sua subsistência, ou seja, o homem através do trabalho realiza ações de forma consciente porque ele “medeia, regula e controla a sua ação” (Marx, 1985, p.188).

A teleologia propicia, também, ao homem uma visão de criar valor de uso, na medida em que modifica o material natural ao ponto de satisfazer a sua necessidade humana. Realiza no que foi produzido um valor de uso, e nesse processo da criação de valor de uso está incluso todos os meios de produção que foram utilizados na atividade, incluindo seu próprio esforço.

O processo de trabalho, como expusemos em seus momentos simples e abstratos, é atividade orientada a um fim – a produção de valores de uso –, apropriação do elemento natural para a satisfação de necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre homem e natureza, perpétua condição natural da vida humana e, por conseguinte, independente de qualquer forma particular dessa vida, ou melhor, comum a todas as suas formas sociais. (Marx, 1985, p. 192).

Esses processos de trabalho estão ligados as diferentes divisões sociais do trabalho que foram sendo transformadas ao longo dos anos. Essa divisão se faz necessária para a realização do processo de trabalho, ela está relacionada a maneira em que as sociedades irão criar processos de especialização do trabalho e de como elas terão funções diversificadas para se reproduzir em vida e em sociedade.

A existência de diferentes tarefas e funções de trabalho existente em qualquer época, pois desde a pré-história havia a divisão social do trabalho que se caracterizava como uma divisão sexual do trabalho, mas podemos pensar também nos outros tipos que foram sendo alterados a partir dos anos e mudando sua característica. No entanto, a sociedade capitalista ou processo de trabalho organizado pelo capital impõe particularidades e contradições essenciais a divisão do trabalho. A organização do trabalho no capitalismo impõe uma divisão que é alienante para a classe trabalhadora e indispensável para potencializar o processo de exploração. Ela é uma divisão imposta, sem escolha dos trabalhadores, apenas com a finalidade de produzir mercadoria gerado de mais-valia¹, como caráter estrutural para a acumulação capitalista.

¹ Mais-valia: representa a disparidade entre o salário pago e o valor produzido pelo trabalho, ou seja, o trabalho não pago, são horas que o trabalhador cumpre/valor que ele gera pelos quais ele não é remunerado.

Credibilizando o que foi dito acima, adentrando nos pensamentos de Marx (1985) sobre a divisão social do trabalho, ele diz:

A divisão do trabalho na sociedade e a correspondente limitação dos indivíduos a esferas profissionais particulares se desenvolve, como a divisão do trabalho na manufatura, a partir de pontos opostos. Numa família ou, com o desenvolvimento ulterior, numa tribo, surge uma divisão natural-espontânea do trabalho fundada nas diferenças de sexo e de idade, portanto, sobre uma base puramente fisiológica, que amplia seu material com a expansão da comunidade, com o aumento da população e, especialmente, com o conflito entre as diversas tribos e a subjugação de uma tribo por outra. (Marx, 1985, p. 293)

Para Marx (1985) a divisão social do trabalho está vinculada a noção de classes sociais, está ligada a maneira que os indivíduos estão associados ao processo de produção e como se posicionam na realidade produtiva.

Adentrando no ponto da característica atual de divisão social do trabalho, com o aumento da industrialização e a tecnologia na nossa sociedade capitalista, temos como característica uma crescente especialização, pois quanto mais houver especializações, mais haverá diferenciação social, gerando conseqüentemente a dependência entre as pessoas, pois na sociedade industrial capitalista a classe trabalhadora executa funções que outra classe, como a burguesa, a classe dominante, não executa, então sabemos que o trabalho pelo qual o proletariado exerce não é o mesmo exercido pelo burguês. Em Marx (1985) o que fundamenta a divisão das classes sociais não é a questão de renda, mas a posição que o indivíduo tem nas relações de produção.

Mas como o trabalho não somente resulta no desenvolvimento de uma atividade de transformação da natureza para atender uma necessidade concreta, a evolução dessas mudanças na sociedade, adentrando aqui no capitalismo e as mudanças trazidas por ele para o mundo do trabalho, onde anteriormente o trabalho era produzido a fim de satisfazer os valores de uso do próprio trabalhador, o capitalismo o transforma em valor de troca para terceiros.

O capitalista detém os fatores necessários para a realização do trabalho, ele compra os fatores objetivos, os meios de produção e a força de trabalho, denominada de mercadoria, por ter sido algo adquirido com seu dinheiro, fazendo com que o trabalhador, após ter vendido a sua força de trabalho, utilize dos meios de produção pertencentes ao capitalista para produzir o produto final determinado pelo mesmo, deixando assim de realizar o trabalho para si e realizando para o capitalista.

Dito de outra forma, o produto que foi feito pelo trabalhador pertencerá ao capitalista, transformando o valor de uso, utilizado para atender necessidades, em valor de troca, pois para o capitalista o produto não será utilizado para uso pessoal e sim para venda, virará uma mercadoria, como mostra Marx (1985, p. 193) “O capitalista põe-se, então, a consumir a mercadoria por ele comprada, a força de trabalho, isto é, faz com que o portador da força de trabalho, o trabalhador, consuma os meios de produção mediante seu trabalho”.

O processo consumista do capitalista sobre a força de trabalho, transformando tudo em mercadoria, como também a força de trabalho, o produto e até mesmo o homem, nega a subjetividade humana, fazendo com que o trabalhador deixe de ter o poder sobre o produto que foi criado pelo seu trabalho e o torna submisso ao capitalista.

Dessa forma, o processo de trabalho no capitalismo, para o trabalhador é objetificado através de processos de alienação ou o trabalho estranhado, onde o homem não se reconhece no seu produto, nem na realização da sua atividade que é o próprio trabalho. Marx (1982) aborda alguns aspectos do estranhamento, um deles estão em relação ao produto do trabalho, pois o trabalhador é produtor da riqueza social, mas esse produto não pertencerá a ele. Esse não pertencimento do produto ao trabalhador que vai ser definido como produto estranhado, por ser algo que independe do produtor.

O trabalhador se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadorias cria. Com a valorização do mundo das coisas (Sachenwelt) aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens (Menschenzuehl). O trabalho não produz somente mercadorias; ele produz a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e isto na medida em que produz, de fato, mercadorias em geral. Este fato nada mais exprime, senão: o objeto (Gegenstand) que o trabalho produz, o seu produto, se lhe defronta como um ser estranho, como um poder independente do produtor. (Marx, 1982, p. 80)

O trabalho aqui aparece como a negação do trabalhador, por não se ver livre no trabalho e não se reconhecer como ser humano, como um indivíduo. E só conseguir se realizar fora do trabalho, no seu tempo livre, podendo fazer o que gosta e se realizar como indivíduo quando se aproxima da sua convivência familiar, do lazer.

[...] o produto é propriedade do capitalista, não do produtor direto, do trabalhador. O capitalista paga, por exemplo, o valor da força de trabalho por um dia. Portanto, sua utilização, como a de qualquer outra mercadoria – por exemplo, um cavalo – que ele aluga por um dia, pertence-lhe por esse dia. Ao comprador da mercadoria pertence o uso da mercadoria, e o possuidor da força

de trabalho, ao ceder seu trabalho, cede, na verdade, apenas o valor de uso por ele vendido. (Marx, 1985, P. 193)

Isso acontece pelo fato de o capitalista aumentar a jornada de trabalho no período de reestruturação do capitalismo sem pagar nada a mais por isso, explorando ao máximo o trabalhador a fim de obter a mais-valia e em consonância o trabalhador recebe somente o necessário para reproduzir a sua força de trabalho para atenuar a sua fome e continuar produzindo. Dentro do trabalho o homem é somente um meio e pelo qual ele subsiste, não fazendo parte de sua vida e não se realizando como indivíduo, é algo externo a ele, com um funcionamento independente da sua vontade e propriedade de outro.

No decorrer da história o trabalho sofreu muitas alterações, muitas mudanças na forma de organização social do trabalho que os homens estabeleceram entre si, de produzirem os seus meios de vida e a satisfação de suas necessidades através do trabalho onde resulta em valores de uso. Como por exemplo, vemos diferenças do trabalho feito pelo homem das cavernas, do realizado no período da escravidão, (ocasião essa em que o homem não era dono nem do próprio corpo), ou no período do feudalismo. Dito por Marx (1985, p. 213) “O que diferencia as várias formações econômicas da sociedade, por exemplo, a sociedade da escravatura daquela do trabalho assalariado, é apenas a forma pela qual esse mais-trabalho é extraído do produtor imediato, do trabalhador”.

E dentro dessas mudanças Marx (1985) sinaliza, também, que houve transformações nas relações de trabalho, ele afirma que o trabalho é o único capaz de produzir riqueza, é o trabalho quem produz mercadoria, é essa ação humana que determina a base das relações sociais na sociedade capitalista e a põe em movimento cujo objetivo é a produção de mais-valia.

O trabalhador na sociedade capitalista, essa organizada a partir da propriedade privada e da exploração da força de trabalho, não é o detentor da sua criação, da sua produção. Nesse processo, Marx (1985) apresenta a identificação de dois personagens na configuração desta sociedade, o proletariado (trabalhador) e o burguês (capitalista). Esse último sendo o detentor dos meios de produção, como as máquinas, as matérias primas, mas sendo o proletário o grande produtor dessa mercadoria. Isso determina o antagonismo entre essas classes.

O controle do Capital perpassa o processo de produção e adentra a exploração máxima de mais-valia do trabalhador, nessa nova configuração do trabalho ocorrendo a chamada exploração, como já foi dito anteriormente, onde o homem é explorado pelo capitalista realizando mais jornadas de trabalho sem receber o quantitativo correspondente.

O segundo período do processo de trabalho, em que o trabalhador trabalha além dos limites do trabalho necessário, custa-lhe, de certo, trabalho, dispêndio de força de trabalho, porém não cria valor algum para o próprio trabalhador. Ele gera mais-valor, que, para o capitalista, tem todo o charme de uma criação a partir do nada. A essa parte da jornada de trabalho denomino tempo de trabalho excedente [Surplusarbeitszeit], e ao trabalho nela despendido denomino mais-trabalho [Mehrarbeit] (surplus labour). (Marx, 1985, P. 213).

Enriquecendo o capitalista, pois nas suas primeiras horas de trabalho o trabalhador consegue realizar o quantitativo referente ao seu pagamento o necessário para suprir a sua fome, o resto do tempo ele continua a produzir para o capitalista. Essa relação do capitalista e o trabalhador é identificado pela exploração, acumulação de riquezas para um lado da classe, quando o outro lado busca a sua sobrevivência.

Ao abordar o duplo caráter do trabalho em consonância com a caracterização do trabalho concreto e abstrato anteriormente já citada, se faz necessário entender que, é o trabalho abstrato que se manifesta no valor de troca das mercadorias, e a razão dela é propiciar a acumulação capitalista, visto que não é o trabalhador quem detêm os meios de produção, e sim o capitalista e assim exploram o trabalhador que acaba sendo apenas uma mercadoria do capital, usado como um trabalho vivo que serve de meio para o trabalho morto acumulado, aumentando o seu valor e posteriormente a obtenção de mais-valia.

1.2 – Crise do capital e o mundo do trabalho

O capitalismo é um sistema econômico que possui como bases fundamentais para sua reprodução a mais-valia e a acumulação de capital. Utilizada essencialmente para gerar lucro, a mais-valia caracteriza-se pela exploração da força de trabalho dos trabalhadores pelos que detêm os meios de produção, nela é gerado o excedente que é realizado pelo trabalhador que recebe apenas uma fração do que foi produzido. É através da mais-valia que se dá o processo de acumulação tal qual impulsiona o crescimento econômico que, por outro lado, está sujeito as crises que ocorrem quando as contradições internas do sistema se acentuam, tais processos políticos econômicos servem essencialmente para manutenção do Capitalismo e resultam na potencialização da exploração e precarização do trabalho.

Para dar ensejo a discussão acerca das crises do capital, primeiramente, se faz necessário pontuar alguns dos principais indicadores do modo de produção capitalista, que se baseiam na busca incessante pelo lucro, a divisão da sociedade em classes e a crescente financeirização do

capital. O controle capitalista transcorre o processo de exploração máxima de mais-valia do trabalhador e adentra a divisão social, fazendo com que o reflexo da maior concentração de riqueza social produzida permaneça com os donos dos meios de produção.

Eis a contradição fundamental do MPC: a produção torna-se socializa-ida; mais: essa socialização é progressivamente aprofundada, envolvendo o conjunto das atividades econômicas em escala mundial; a apropriação, porém, permanece privada: o conjunto dos produtores diretos (os trabalhadores) cria um enorme excedente que é apropriado pelos donos dos meios de produção (os capitalistas). (Netto; Braz, 2006, p.165).

Todavia, o processo de acumulação capitalista na sua totalidade e globalmente é marcado por grandes crises que afetam todo o ramo de produção em grandes países. Sua historicidade é marcada por uma dinâmica instável baseada na superprodução e acumulação, que resultam em ciclos de crises econômicas. É a partir desse cenário que Netto e Braz (2006) afirmam, “[...] a crise é constitutiva do capitalismo: não existiu, não existe e não existirá capitalismo sem crise”.

Baseadas em uma dinâmica contraditória, as crises capitalistas apresentam determinantes que interrompem o processo de desenvolvimento e lucratividade. De acordo com Netto e Braz (2006), as causas mais pertinentes ligadas a esse processo são:

1. O subconsumo das massas que ocorre mediante ao declínio da capacidade de consumo da classe trabalhadora e por conseguinte o aumento da pobreza, gerando uma desproporcionalidade entre a produção e a capacidade de consumo.
2. A superprodução de mercadorias com destinação incerta ou que são vendidas abaixo do valor de mercado. O conjunto de capitalistas e suas produções em diversos setores são desproporcionais as demandas de consumo.
3. A queda da taxa de lucro que contribui efetivamente para a reprodução das crises, onde cada capitalista responde individualmente a tal processo.

Segundo Mandel (1990, p. 212 apud Zacarias, 2011):

É importante ressaltar que essas não são as únicas causas das crises, mas certamente elas sempre vão contribuir para a sua eclosão. Mesmo porque, as crises apresentam-se como eventos inerentes ao modo de produção capitalista, são expressões de contradições próprias do desenvolvimento deste sistema. Nesse sentido, não há dúvidas que sua função “é a de constituir o mecanismo

através do qual a lei do valor se impõe, apesar da concorrência (ou da ação dos monopólios) capitalistas.

Uma das mais marcantes crises econômicas, conhecida também como “a grande depressão”, ocorrida em 1929, marcou um período de desenvolvimento que deu lugar a um cenário composto por depressões financeiras, caracterizadas por falências, quebraadeiras e desemprego. Tal acontecimento se deu por determinantes contraditórios próprios do modo de produção capitalista que se manifestaram sistematicamente e afetaram não só os Estados Unidos como também muitos outros países.

O primeiro dia de pânico em Wall Street foi a chamada Quinta-Feira Negra (24/10/1929), quando ocorreu a venda de 12.894.650 ações que quase não encontraram demanda, fazendo os preços caírem a níveis inéditos. Os bancos intervieram e debelaram a queda. Na segunda-feira, 28 de outubro, a trajetória de queda foi retomada, e na terça-feira cerca de 33 milhões de títulos foram postos à venda frente a uma procura quase nula. Cerca de 15 bilhões de dólares tinham virado fumaça. Esse foi um dos dias mais dramáticos vividos pela Bolsa de Nova Iorque. (Almeida, 2013, p. 2).

Após a primeira guerra mundial, com a destruição da Europa, o EUA se transforma em uma grande potência capitalista, fazendo com que o país ocupe a posição de protagonista econômico. O mesmo passa por uma grande expansão industrial e por sua vez passa a fornecer mercadorias e abastecer a Europa que passava por um processo de reconstrução pós-guerra. Os índices apontavam um grande aumento tanto no consumo, na expansão de crédito, como no investimento no mercado financeiro.

[...] os EUA foram beneficiados por pujante expansão. Nesse intervalo, as despesas de investimento giravam em torno de 20% do Produto Nacional Bruto (PNB), e o desemprego, com exceção de 1924, estava na casa dos 2%. Entre 1923 e 1929, a produção de automóveis aumentou 33% ao ano. A produção de petróleo, aço, borracha e a construção de estradas foi consequentemente incrementada. No mesmo período, a geração de energia elétrica duplicou, e a produção dos eletrônicos acompanhou a tendência. De 1925 a 1929, o número de indústrias subiu de 183.900 para 206.700; o valor da produção dessas empresas elevou-se de 60,8 para 68 bilhões de dólares. (Almeida, 2013, p.1).

Não obstante, a Europa volta a se industrializar e, por conseguinte começa a consumir cada vez menos produtos fornecidos pelos EUA que neste momento tomado por um otimismo

instalado, da continuidade a produção em larga escala e aposta na especulação financeira, tais determinantes foram cruciais para o colapso do capitalismo e do liberalismo econômico. Entretanto, o aumento na produção não foi acompanhado de aumentos salariais que permaneceram estagnados, impossibilitando a absorção de mercadorias produzidas e superlotando os estoques das empresas, tal cenário propiciou a decisão pelas vendas das ações adquiridas por preços abaixo do valor de mercado.

O período conhecido como “A Era de Ouro do Capitalismo” se consolidou após a Segunda Guerra e se estendeu até meados dos anos de 1970. Caracterizada por apresentar mudanças significativas como o crescimento econômico relevante em muitos países, aumento da produção industrial e altas taxas de emprego.

Nesse período houve grande influência do Estado no que se refere ao aumento dos gastos do governo, investimentos em infraestrutura, assim como a adesão de uma atuação fundada no keynesianismo. Conforme Balanco e Costa (2007, p. 44), o Estado “[...], no plano econômico, o mesmo passa a se responsabilizar direta e indiretamente pela efetivação de uma determinada taxa de investimento, constituindo-se, por conseguinte, em fonte de estabilidade”. No entanto, o período de progressão dos anos dourados também criou desafios e gerou contradições para a acumulação capitalista, que a partir da década de 1970 marcou o fim desse período dos anos de ouro.

Nos anos de 1970, o modo de produção capitalista passa a vivenciar um novo tipo de crise que se instaura nas diversas dimensões da vida social. Diferente das passadas, que consistiam em períodos de crescimento e prosperidade seguidos de crise e quebra econômica, essa apresenta um tom de continuidade e durabilidade instalando-se de forma sistêmica e estrutural. Meszáros apresenta em sua obra, as seguintes características definidoras desse processo:

Seu caráter é universal, em lugar de restrito a uma esfera particular (por exemplo, financeira ou comercial, ou afetando este ou aquele ramo particular de produção, aplicando-se a este e não àquele tipo de trabalho, com sua gama específica de habilidades e graus de produtividade etc.); (2) seu alcance é verdadeiramente global (no sentido mais literal e ameaçador do termo), em lugar de limitado a um conjunto particular de países (como foram todas as principais crises do passado); (3) sua escala de tempo é extensa, contínua, se preferir, permanente, em lugar de limitada e cíclica, como foram todas as crises anteriores do capital; (4) em contraste com as erupções e os colapsos mais espetaculares e dramáticos do passado, seu modo de se desdobrar poderia ser chamado de rastejante, desde que acrescentemos a ressalva de que nem sequer as convulsões mais veementes ou violentas poderiam ser excluídas no que se refere ao futuro: a saber, quando a complexa maquinaria agora

ativamente empenhada na “administração da crise” e no “deslocamento” mais ou menos temporário das crescentes contradições perder sua energia (Mészáros, 2006, p. 796, grifo do autor apud Sousa, 2014 p.116)

O caráter da crise estrutural é consolidado a partir da desregulamentação entre o viés da produção para atender as necessidades sociais colocadas e a autorreprodução alienada e incontrolável do modo de produção capitalista.

Conforme afirma Meszáros (2006) a referida crise possui 3 (três) dimensionamentos específicos e inerentes, são eles a produção, o consumo e a circulação/distribuição/realização, que se fortalecem cada vez mais, evidenciando o caráter contraditório do sistema capitalista e afetando as esferas sociais, de modo que fortalece as consequências desumanizadoras para o trabalhador, evidenciando as manifestações da questão social.

A reestruturação produtiva foi um momento em que o capitalismo passou por um processo de reorganização do seu padrão produtivo baseado no fordismo-taylorismo, de modo que transitou para o Toyotismo. Cada um deles com suas características específicas, o Taylorismo foi criado pelo engenheiro mecânico Frederick Winslow Taylor, consiste na divisão do trabalho e especialização do operário em uma só tarefa, ou seja, o trabalhador não precisaria conhecer todo o processo de produção. Já o Fordismo é um modelo produtivo criado por Henry Ford e foi desenhado para a indústria automobilística com o objetivo de aumentar a produtividade e, em contrapartida, diminuir os custos de produção. E o Toyotismo baseado na fabricação sob demanda, criado por Taiichi Ohno, com o objetivo de eliminar o desperdício durante o processo e, principalmente, evitar a acumulação de mercadorias no estoque, como também priorizar a especialização junto ao avanço tecnológico.

A reestruturação produtiva (conhecida, também, como capitalismo flexível) foi um processo que ocorreu a partir do século XX, através da terceira Revolução Industrial. Caracterizada pelo funcionamento do modelo de produção onde o trabalhador executa várias funções no mesmo ambiente de trabalho, concretizada pelos avanços das inovações tecnológicas, realizando assim, uma eficiência no processo produtivo evitando alguns erros e aumentando a produção, que em conjunto acarretou na retirada de direitos sociais.

Esse processo foi marcado pela desregulamentação do trabalho, com os empregos temporários, contratando os trabalhadores apenas nos momentos de maior produção e sendo demitidos após a conclusão da produção do que foi planejado. Isso causou um aumento na contratação precária e na diminuição dos salários. Como afirma Antunes (2006):

O toyotismo penetra, mescla-se ou mesmo substitui o padrão fordista dominante, em várias partes do capitalismo globalizado. Vivem-se formas transitórias de produção, cujos desdobramentos são também agudos, no que diz respeito aos direitos do trabalho. Estes são desregulamentados, são flexibilizados de modo a dotar o capital do instrumental necessário para adequar-se a sua nova fase. Direitos e conquistas históricas dos trabalhadores são substituídos e eliminados do mundo da produção. Diminui-se ou mescla-se, dependendo da intensidade, o despotismo taylorista, pela participação dentro da ordem e do universo da empresa, pelo envolvimento manipulatório, próprio da sociabilidade moldada contemporaneamente pelo sistema produtor de mercadorias. (Antunes, 2006, p.24).

E para que esse modelo conseguisse atingir “as exigências mais individualizadas de mercado”, Antunes (2006) explica que era necessário que se seguisse somente o processo produtivo flexível, fazendo com que um único trabalhador opere várias máquinas, afastando-se do processo que era realizado no Fordismo. Foi necessário que houvesse, também, uma flexibilização dos trabalhadores na perspectiva de tornar os direitos flexíveis, contratando o mínimo de trabalhadores e ampliando a jornada de trabalho com horas extras, variando entre trabalhadores temporários ou por subcontratação.

O toyotismo é uma resposta à crise do fordismo dos anos 70. Ao invés do trabalho desqualificado, o operário torna-se polivalente. Ao invés da linha individualizada, ele se integra em uma equipe. Ao invés de produzir veículos em massa para pessoas que não conhece, ele fabrica um elemento para a ‘satisfação’ da equipe que está na sequência da sua linha”. E conclui não sem um toque de ironia: “Em síntese, com o toyotismo, parece desaparecer o trabalho repetitivo, ultra-simples, desmotivante e embrutecedor. Finalmente, estamos na fase do enriquecimento das tarefas, da satisfação do consumidor, do controle de qualidade” (Gounet, 1991, p. 43 apud Antunes 2006, p. 36-37)

No Brasil o processo da reestruturação produtiva foi consolidado em 1980, concebendo o processo através das instalações das multinacionais, pois realizavam esse processo como filosofia de negócios, fragmentada na dinâmica produtiva toyotista. Se consolidando em todo o mundo até os dias atuais, a reestruturação produtiva foi o principal motivo para engendrar a hegemonia do Neoliberalismo no mundo.

[...] a introdução e expansão do toyotismo na "velha Europa" tenderá a enfraquecer ainda mais o que se conseguiu preservar ao welfare stale, uma vez que o modelo japonês está muito mais sintonizado com a lógica neoliberal do que com uma concepção verdadeiramente social-democrática. (Antunes, 2006, p. 39)

Nesse contexto o neoliberalismo aparece como uma doutrina socioeconômica, adotada para ir ao encontro dos fundamentos do “velho” liberalismo pelo fato de ambos terem os mesmos fundamentos, a partir de seus fundamentos o papel interventor do Estado é diminuído sensivelmente. Algumas medidas fundamentam a adoção da política neoliberal, como a livre circulação de capitais internacionais, redução de impostos e gastos públicos, desregulamentação de setores econômicos, entre outros.

De acordo com Behring e Boschetti (2017) os neoliberais acreditavam que o que os impediam de sair da crise e crescerem economicamente eram os sindicatos e os movimentos operários por serem os responsáveis pelos gastos sociais do Estado ocasionando em processos inflacionários que impactavam negativamente a economia.

Um outro ponto que impactava negativamente para os neoliberais era a presença do Estado na regulação das relações trabalhistas, argumentando assim as suas propostas de melhorias para conseguirem aumentar o investimento privado, que seriam respectivamente, primeiro o Estado deveria diminuir as inflações e posteriormente deixar de intervir na regulação do comércio.

[...] os neoliberais defendem uma programática em que o Estado não deve intervir na regulação do comércio exterior nem na regulação de mercados financeiros, pois o livre movimento de capitais garantirá maior eficiência na redistribuição de recursos internacionais (Navarro, 1998). Sustentam a estabilidade monetária como meta suprema, o que só seria assegurado mediante a contenção dos gastos sociais e a manutenção de uma taxa “natural” de desemprego, associada a reformas fiscais, com redução de impostos para os altos rendimentos. (Anderson, 1995, p.11 apud Behring e Boschetti, 2017, p. 173-174)

Behring e Boschetti (2017) apresentam que apesar de vários países aderirem aos princípios neoliberais, a Inglaterra foi quem seguiu fielmente esses princípios, realizando tais feitos em seu país:

[...] contraiu a emissão monetária, elevou as taxas de juros, baixou os impostos sobre altos rendimentos, aboliu o controle sobre os fluxos financeiros, criou níveis de desemprego maciço, enfraqueceu as greves, aprovou legislações anti-sindicais, realizou corte nos gastos sociais e instituiu um amplo programa de privatização. (Behring e Boschetti, 2017, p. 174)

Já no sul da Europa, foram elegidos governos de esquerda, conseguindo realizar feitos contrários aos princípios neoliberais, mas que não conseguiu sustentar por muito tempo,

passando assim os governos de esquerda a adotarem alguns dos princípios neoliberais, como mostra Behring e Boschetti (2017):

[...] mantiveram uma política de deflação e redistribuição, pleno emprego e proteção social. Esses países “se apresentavam como uma alternativa progressista, baseada em movimentos operários ou populares, contrastando com a linha reacionária dos governos de Reagan, Thatcher, Kohl e outros do norte da Europa” (Anderson, 1995: 13). Contudo, o autor afirma que esse projeto fracassou e que desde 1982 e 1983 os governos de esquerda passaram a adotar políticas próximas ao neoliberalismo, com estabilidade monetária, contenção orçamentária, ajuste fiscal e abandono do pleno emprego. (Anderson, 1995, p. 13 apud Behring e Boschetti, 2017, p. 175)

Com tudo que foi sinalizado as autoras apontam que mesmo com a hegemonia do neoliberalismo nos países nos anos 1980, não conseguiu resolver a crise do capital. Tais medidas só ocasionaram precárias condições de vida para a classe trabalhadora, como o “aumento do desemprego, destruição de postos de trabalho não-qualificados, redução dos salários devido ao aumento da oferta de mão-de-obra e redução de gastos com as políticas sociais”. (Behring e Boschetti, 2017, p. 176).

Em consequência da reestruturação produtiva acarretando na onda neoliberal consolidou as desigualdades sociais através do aumento do desemprego e de mudanças do modo de composição dos gastos públicos, diminuindo a contribuição para a seguridade social.

A redução e/ou manutenção dos gastos públicos implicaram também a redução dos gastos com os sistemas de proteção social. Vimos no capítulo anterior que no período que se seguiu à Segunda Guerra ocorreu aumento significativo dos gastos sociais, que permitiu a expansão das políticas sociais. As políticas neoliberais vigentes nos países capitalistas da Europa ocidental provocaram uma interrupção nessa tendência de crescimento, e a partir da década de 1980 o que se observa é a estagnação ou a redução dos gastos sociais, apesar do aumento dos gastos públicos em praticamente todos os países como proporção do PIB. (Behring e Boschetti, 2017, p. 180).

Os apontamentos trazidos aqui pelas autoras sobre a hegemonia neoliberal, trouxe aspectos importantes que podemos observar a respeito das reconfigurações das políticas sociais, a precarização das relações de trabalho, empregos instáveis e aumento de desemprego, ou seja, apenas situações em que somente o trabalhador sofre com a falta de compromisso para com quem constrói a riqueza capitalista.

O neoliberalismo causou grande impacto sobre os direitos sociais e trabalhistas, resultando em mudanças significativas nas relações sociais, como por exemplo, na redução do Estado de Bem-Estar Social (Welfare State) que possuía como principal objetivo atenuar as desigualdades socioeconômicas e promover a garantia de condições básicas existência da classe trabalhadora e promover a justiça social. A influência neoliberal enfatiza a diminuição dos gastos e a privatização de serviços sociais públicos e empresas estratégicas estatais.

A imposição da agenda neoliberal nas últimas três décadas, especialmente no Brasil, resultou em cortes orçamentários de financiamento dos serviços sociais, tais como, saúde, educação, habitação e previdência social. Nesse contexto, também se faz necessário salientar a flexibilização das relações de trabalho que consiste na redução dos direitos trabalhistas e na precarização das condições de trabalho.

CAPÍTULO 02 – Trabalho profissional e precarização

2.1- Serviço Social e trabalho nas relações sociais capitalistas

A profissão está interligada com o processo histórico das contradições das relações sociais capitalistas. É a partir da relação contraditória do capital e do trabalho que surge o Serviço Social, pois na medida em que o sistema capitalista produzia riqueza, produzia contraditoriamente pobreza, ou seja, no capitalismo o crescimento de miséria, de vulnerabilidades, de desigualdades é proporcional ao crescimento de riquezas. Então de acordo com Iamamoto e Carvalho (2006), na medida em que o capitalismo produz a desigualdade, nasce contraditoriamente a produção das condições em que emerge a questão social.

Nesse contexto de desigualdade social e exploração, onde o trabalhador produza riqueza para o capitalista e não usufrui daquilo que produziu, nos toca enquanto profissionais, pois na concepção hegemônica do Serviço Social, somos trabalhadores tal qual os demais trabalhadores no setor de serviços, na produção fabril, na agricultura, etc.; em outras palavras, integramos a classe trabalhadora através da venda da nossa força de trabalho.

Então, a partir das desigualdades capitalistas surgem as lutas sociais, as lutas de classes e a complexificação dessas lutas. A partir dessa relação contraditória a profissão do Serviço Social foi e é requisitada para intervir em espaços institucionais, reproduzindo as relações sociais desta sociedade e respondendo aos interesses da classe trabalhadora que passa demandar por reconhecimento de direitos e por respostas às suas necessidades sociais.

Assim, o Estado regulando as contradições das relações sociais e orientado, sobretudo, pelos interesses da classe dominante, para responder ao potencial de lutas sociais da classe trabalhadora foi criando estratégias e dentre essas estratégias, institucionaliza o Serviço Social como profissão, para atender as demandas impostas na luta de classes.

A partir do movimento da Renovação Profissional² na fase de intenção de ruptura o Serviço Social começa a ter uma articulação direta com a classe trabalhadora, começa aqui a ter contato com outras matrizes teóricas e uma linha revolucionária Marxista. Possibilitando o/a

²A Renovação Profissional se efetivou com a instauração do pluralismo teórico, ideológico e político; a diferenciação das concepções profissionais; inserção do Serviço Social na interlocução acadêmica e cultural, que se concretizou a partir da ruptura com o conservadorismo, com o entrelaçamento da profissão com os interesses da classe trabalhadora, construindo um projeto ético político. Com a abertura do movimento de reconceitualização no período da ditadura, foi retomado o movimento de renovação que ocorreu a partir das particularidades de cada país, aqui no Brasil foi no desgaste da ditadura, na passagem dos anos 70 para os anos 80, no levante de muitos movimentos sociais que o Serviço Social ao se aliar nessas lutas deu a guinada. As mudanças gestadas antes e durante essa época trouxeram para o Serviço Social uma autocrítica que se caracteriza pelo resgate institucional na intervenção profissional a partir de uma nova concepção de Estado. Sobre esse tema ler Iamamoto e Carvalho (2006).

profissional de entender a sua capacidade de oferecer contribuição à classe trabalhadora e não apenas ao capital.

A partir dessa compreensão é que se pode estabelecer uma estratégia profissional e política, para fortalecer as metas do capital ou do trabalho, mas não se pode excluí-las do contexto da prática profissional, visto que as classes só existem inter-relacionadas. É isto, inclusive, que viabiliza a possibilidade de o profissional colocar-se no horizonte dos interesses das classes trabalhadoras. (Iamamoto; Carvalho, 2006, p.75)

É a partir desse contexto histórico da contradição das relações sociais capitalistas que o Serviço Social passa a se perceber como uma profissão contraditória, capaz de atender aos interesses da classe trabalhadora como os interesses do capital. Assim, o Serviço Social, enquanto profissão intervém numa série de desigualdades decorrentes da oposição entre a socialização da produção e a apropriação privada dos frutos do trabalho.

Ora, o Serviço Social, como instituição componente da organização da sociedade, não pode fugir a essa realidade. As condições que peculiarizam o exercício profissional são uma concretização da dinâmica das relações sociais vigentes na sociedade, em determinadas conjunturas históricas. Como as classes sociais fundamentais e suas personagens só existem em relação, pela mútua mediação entre elas, a atuação do Assistente Social é necessariamente polarizada pelos interesses de tais classes, tendendo a ser cooptada por aqueles que têm uma posição dominante. (Iamamoto; Carvalho, 2006, p.75)

Como o Serviço Social se constituiu a partir dessas contradições das relações sociais capitalistas, também está dentro do processo de divisão social do trabalho, na medida em que acontece o desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais, aparecem novas necessidades sociais que passam a exigir profissionais especialmente qualificados. Então, enquanto profissão, enquanto trabalhadores/as, enquanto especialidade técnica, nessa divisão social do trabalho cabe aos/as assistentes sociais intervirem nas expressões da questão social, no conjunto das relações sociais, executando políticas sociais, reproduzindo inclusive essa sociedade.

O/A assistente social não dispõe da produção imediata de um produto ou mercadoria que servirá como meio de incorporação do valor ou acumulação da riqueza. O seu exercício

profissional como trabalho³ está inserido na divisão social e técnica do trabalho, tomando como base a intervenção em múltiplas expressões da questão social, as quais se constituem como o seu objeto de trabalho.

Ao se pensar a prática profissional, existe a tendência de conecta-la diretamente à prática da sociedade. Alguns qualificam a prática do Serviço Social de “práxis social”, ainda que se refira à prática social, isto é, ao conjunto da sociedade em seu movimento e contradições. A análise da “prática” do assistente social como trabalho, integrado em um processo de trabalho permite mediatizar a interconexão entre o exercício do Serviço Social e a prática da sociedade. (Iamamoto, 2000 p. 58-59).

Também se constituem como mediação para o trabalho profissional, ou seja, para o ingresso do Serviço Social no mundo do trabalho, o entrelaçamento nas contradições existentes das relações sociais de produção e reprodução social imposta pelo capital, que essencialmente se realiza através da venda e compra da força de trabalho.

A incorporação do processo de trabalho no Serviço Social está correlacionada a um conjunto de especialidades que se diferem entre si a cada espaço sócio-ocupacional, de modo que o trabalho profissional se ajusta para se inserir em processos de trabalho em conformidade com a realização dos fins das instituições em que estão inseridos. Isso envolve a transformação da força de trabalho do profissional em produto das suas intervenções, auxiliada por instrumentos e técnicas que possibilitem respostas as demandas socialmente colocadas.

Ainda que dispondo de relativa autonomia na efetivação de seu trabalho, o assistente social depende, na organização da atividade, do Estado, da empresa, entidades não-governamentais que viabilizam aos usuários o acesso a seus serviços, fornecem meios e recursos para sua realização, estabelecem prioridades a serem cumpridas, interferem na definição de papéis e funções que compõem o cotidiano do trabalho institucional. (Iamamoto, 2000 p. 62)

A essencialidade de pautar intervenções que estejam dentro do projeto ético- político da profissão é de suma importância, uma vez que ao atuarem diferentes áreas, o/a assistente social faz o planejamento e a execução do trabalho dentro das políticas sociais públicas, como por

³Existe um debate um tanto polêmico dentro da profissão, pautado no discurso que questiona pontualmente se o Serviço Social é trabalho, do mesmo modo, tal questionamento dá espaço para duas correntes de pensamento que diferem em conclusão, uma afirmativa e outra negativa, vale salientar que ambas são fundamentadas na obra marxiana. Mais adiante serão abordadas as linhas de pensamento aqui citadas. Para um maior aprofundamento sobre a questão ler Iamamoto (2000) e Sergio Lessa (2012).

exemplo na área da assistência, da educação, da saúde, e privadas como no ramo empresarial, sempre construindo articulações coletivamente. Toda a sua atuação se desenvolve a partir de condições conjunturais sociopolíticas e históricas determinadas pela relação entre as classes. Essas condições são estabelecidas, sobretudo, também pelo empregador ou comprador de sua força de trabalho. Tal processo evidencia que o profissional não atua de forma isolada, uma vez que se faz necessário meios para reprodução do seu processo de trabalho, que muitas das vezes são dispostos pela instituição em que atua, seja ela pública ou privada.

O debate quanto ao Serviço Social ser compreendido como trabalho tem sido constantemente encontrado nas diversas discussões da categoria. Trata-se de uma polêmica que ainda persiste, uma vez que não é algo resolvido o debate sobre o posicionamento ao que concerne a profissão ser categorizada como trabalho ou não, a sua instrumentalidade, seu objetivo, ou sua posição como trabalho produtivo ou improdutivo.

Diante disso, nos deparamos com alguns exemplos de análises com distintas argumentações que partem de autores como Marilda Iamamoto (2000) e Sergio Lessa (2012), que questionam variados aspectos em torno desta temática. A maioria dessas análises foram fundamentadas em uma base teórica a partir da metodologia marxiana encontrada na obra “O Capital” sobre o que é trabalho, as relações sociais que são estabelecidas a partir dele a compreensão e satisfação das necessidades do homem a partir da transformação da natureza, a capacidade de se afirmar como ser social e antecipar o resultado a ser obtido pela ação. É partindo desta colocação que pontuamos Iamamoto (2000, p. 59) que ratifica tal entendimento afirmando que:

[...] O trabalho é uma atividade fundamental do homem, pois mediatiza a satisfação de suas necessidades diante da natureza e de outros homens. Pelo trabalho o homem se afirma como um ser social e, portanto, distinto da natureza. O trabalho é a atividade própria do ser humano, seja ela material, intelectual ou artística. É por meio do trabalho que o homem se afirma como um ser que dá respostas prático-conscientes aos seus carecimentos, às suas necessidades.

Sustentando sua tese, Iamamoto (2000) cita a relação do homem com os meios e instrumentos importantes para realização da ação, permite que seja visualizada a materialização do fazer profissional a partir da definição do seu objeto de trabalho que circula as expressões da questão social. Do ponto de vista do momento teleológico do trabalho, no exercício de assistentes sociais é que ocorre a relação com o seu projeto ético-político, uma vez que as

intervenções do Serviço Social diante das expressões da questão devem ser direcionadas na busca por respostas às desigualdades.

Iamamoto (2000), aponta o processo de trabalho do Serviço Social como improdutivo⁴ ao modo de produção Capitalista, uma vez que não produz mais-valia diretamente, mas que faz parte da divisão técnica do trabalho, trabalhando em conjunto criando condições para a reprodução do valor. E, para além disso, denota a estrutura da prática profissional dentro da divisão sócio técnica do trabalho, cujo o/a assistente social também vende sua força de trabalho em troca de um salário, fazendo parte da classe trabalhadora.

Do outro lado da polêmica se apresenta Lessa (2012), que constrói um debate sustentado na premissa de que só é considerado trabalho a ação transformadora do homem realizada sobre a natureza. Em consonância com isso afirma que:

O ‘produto’ do trabalho é ‘uma matéria natural’ transformada pela ação das ‘forças naturais’ da ‘corporeidade’ humana, ‘braços e pernas, cabeça e mão’. Nem poderia ser diferente: o objeto de trabalho é a natureza porque o trabalho é a ação dos homens sobre a natureza. E este intercâmbio com a natureza, que só pode ser realizado por meio do trabalho dos ‘braços e pernas, cabeça e mão’ – por meio do trabalho manual (Lessa, 2012, p. 32 apud Jesus, 2018, p. 5).

Ainda sobre a polêmica, Lessa (2012) aponta a diferença entre o objeto de trabalho do Serviço Social em relação a outras profissões que apresentam relação direta com a transformação de elementos da natureza em estado bruto. O Serviço Social trabalha com seres conscientes na reprodução social, já os trabalhadores diretamente envolvidos com a produção de mercadoria atuam na transformação de recursos advindos da natureza que incorpora valor. Diante do exposto, o autor conclui que o Serviço Social não pode ser definido como trabalho, pois não possui uma atividade que resulta em valor.

Apesar da polêmica, que do ponto de vista teórico tem sua maior importância, a questão sobre o Serviço Social fazer parte do mundo do trabalho, de integrar a classe trabalhadora de estar sujeito às condições das relações de trabalho na contemporaneidade, é consenso dentro da categoria profissional. É notório que os/as assistentes sociais têm sofrido com as saídas construídas pela burguesia ao longo das últimas décadas para contornar a crise estrutural em que o capital se encontra, com rebatimentos severos sobre a classe trabalhadora.

⁴O trabalho produtivo acontece quando o trabalhador assalariado produz mais-valia e improdutivo é aquele que não produz mais-valia, que não transforma a natureza em mercadoria imediata com valor de troca. Sobre isso acessar “O Capital” (Marx, 1863).

Portanto, não resta dúvida de que a profissão tem sofrido com as recentes transformações impostas pelo capital sobre as relações de trabalho ao conjunto dos trabalhadores, resultando em perdas de direitos, em regressividade nas condições de trabalho, em maior instabilidade nos vínculos, na intensificação do ritmo de trabalho, no aumento da insalubridade, no aumento do adoecimento biofísico e mental, na diminuição salarial, na desregulamentação de legislações trabalhistas, na intensificação da flexibilização própria dos tempos de domínio do neoliberalismo e do toyotismo, dentre outras formas de precarização.

Uma das formas mais visíveis de transformações no mundo do trabalho na direção da precarização, que afeta o conjunto da classe trabalhadora, os quais se incluem as condições de trabalho de assistentes sociais, com impacto no seu exercício profissional, tem relação direta com o desmonte das políticas sociais, com o sucateamento dos serviços sociais públicos, por serem o terreno predominante onde o Serviço Social exerce suas atribuições, habilidades e competências de trabalho.

Mas de outro lado, concorrendo na mesma direção do processo de precarização da classe que vive do trabalho, também é condição mais do que visível, por se fazer sensível a categoria profissional do Serviço Social, o processo de desregulamentação, flexibilização e contrarreformas sobre as leis protetivas e de direitos trabalhistas.

No Brasil, as leis trabalhistas somente tiveram suas primeiras considerações de elaboração mediante a Consolidação das Leis de Trabalho⁵ (CLT), a partir da intensificação da luta dos trabalhadores. Ela acarretou em mudanças nas condições e relação de trabalho, antes marcadas pela desregulamentação do trabalho, desvinculações trabalhistas sem direitos por parte do empregado, jornadas de trabalho sem limitações.

A criação da CLT data do período do governo de Getúlio Vargas, sendo publicada em 1º de maio de 1943, através do decreto-lei nº 5.452. A partir dela, a classe trabalhadora passa a ter direito a férias, jornada de trabalho reduzida para 8 horas diárias, licença maternidade, salário mínimo, assistência aos desempregados e a Justiça do Trabalho passando a ser órgão do Poder Judiciário a regular o conflito entre empregados e patrões.

Porém, no meio dos processos históricos de transformações do mundo do trabalho marcadas pela regressividade dos direitos e das condições de trabalho que se realçam mais ainda no Brasil a partir de 2016, condicionado, sobretudo, pelo golpe parlamentar intitulado de *impeachment*, observa-se que segue até o momento ocorrendo mudanças negativas para os

⁵A CLT (Consolidação das Leis de Trabalho) é a legislação trabalhista que apresenta as regras para uma relação de vínculo empregatício e organiza uma série de direitos e deveres nessa relação, dentro do território nacional.

interesses e proteção do trabalhador. Um dos marcos dessas transformações regressivas e negativas em curso está na flexibilização da CLT, que pode ser compreendida como um ato de rasgar ou inviabilizar os direitos dos trabalhadores que organiza.

A partir do golpe de 2016 que destituiu a presidenta Dilma Rousseff, o Brasil intensificou a agenda neoliberal, que tomou ainda mais força durante o período do Governo de Bolsonaro. Esse avanço das políticas de corte neoliberal se intensificou a tal ponto que alguns intelectuais o intitulam como o “ultraneoliberalismo”, pela face mais intensa, mais perversa, de ataques mais agudos as políticas sociais, a retirada de direitos, como afirma os autores Borges e Matos (2020, p. 73):

Pelo processo eleitoral em 2018, o rumo político levou à opção extremada e totalitária, com a chegada de Bolsonaro ao poder, com suas propostas muito mais aviltantes e já tendo conseguido emplacar as reformas previdenciária e trabalhista em seu primeiro ano de governo. A eleição de Bolsonaro evidenciou este potencial de forças em presença na sociedade e de manifestações neofascistas, com articulação de milícias, assassinatos políticos, prisões arbitrárias, discursos de ódio, ações antidemocráticas, demonstração de autoritarismo na relação com o conhecimento, com a cultura e com as artes e no plano econômico, a consolidação do ultraneoliberalismo.

Os processos que representam esse ultraneoliberalismo foram, por exemplo, a contrarreforma da previdência, a contrarreforma trabalhista, a aprovação do teto de gastos com o congelamento dos investimentos por 20 anos nas políticas sociais, a intensificação das investidas na privatização de órgãos prestadores de serviços públicos e setores estratégicos nacionais, que podemos citar como exemplo a Petrobras, os Correios, e até mesmo as Universidades.

Algumas características são peculiares ao momento atual do capitalismo em sua crise estrutural de longa duração, como o aumento do poder do capital sobre o trabalho, a reestruturação produtiva com expulsão de força de trabalho, com consequente aumento do desemprego e da exploração; do ponto de vista dos interesses do capital, as medidas de contenção da crise têm sido por redução e congelamento de salários, demissões, privatizações, elevação de impostos, flexibilização das regulações do mercado de trabalho, cortes de gastos sociais, aumento da idade para aposentadoria, reformas tributária, trabalhista, ou seja, tendências regressivas. Em síntese, o governo atual [*de Jair Bolsonaro*] só está realizando uma agenda programada e em consonância com os interesses do capital financeiro. (Borges; Matos, 2020, p. 74)

No leque dos ataques que transformam negativamente o mundo do trabalho no país, sempre no sentido de ampliar a precarização, encontra-se a Lei nº 13.429/2017, que ajudou a ampliar a terceirização das atividades no âmbito público e privado. A “Reforma Trabalhista”⁶ no governo de Michel Temer em 2017, que se materializou por meio da Lei nº 13.467/2017, trazendo mudanças no conteúdo da CLT – a qual foi referida anteriormente aqui como um rasgo aos direitos com a geração de flexibilização e novas modalidades de empregos, trazendo a falsa ilusão de que após o estabelecimento da lei houve diminuição de desemprego, mas ocorreu apenas pelo fato do crescimento do trabalho informal que acontece fora das normas da CLT.

A flexibilização do trabalho no Brasil é complexa e controversa, uma vez que carrega uma impressão ilusória que aponta a informalidade como trabalho, que houve melhorias e ampliação nas vagas de emprego. Mesmo propagando uma visão empregada no impulsionamento da economia, os resultados da contrarreforma trabalhista e, por conseguinte da flexibilização, resultaram na intensificação da precarização das condições de trabalho. Conforme aponta Ghiraldelli (2019, p. 394):

[...] Contrarreforma Trabalhista que passou a vigorar em novembro de 2017, representando um profundo ataque aos direitos com a finalidade de aniquilamento da proteção social brasileira. Em linhas gerais, dentre os fundamentos ideopolíticos e econômicos que sustentaram e orientaram a ala defensora da Contrarreforma Trabalhista sob a roupagem falaciosa da “modernização”, estavam a necessidade da retomada de crescimento econômico, da competitividade e da geração de empregos por meio da redução dos custos do trabalho e da desburocratização da legislação trabalhista.

A Contrarreforma trouxe impactos negativos para o trabalhador, como a redução do poder de mediação dos sindicatos diante da possibilidade aberta pela flexibilização de que seja estabelecida a negociação direta entre o empregador e empregado, fazendo com que o trabalhador fique mais vulnerável ou fragilizado na mesa de negociação e nas reivindicações já que o patronato apresenta maiores poderes, pela sua própria posição de empregador e de proprietário, ou seja, de proprietário dos meios de trabalho ou de produção.

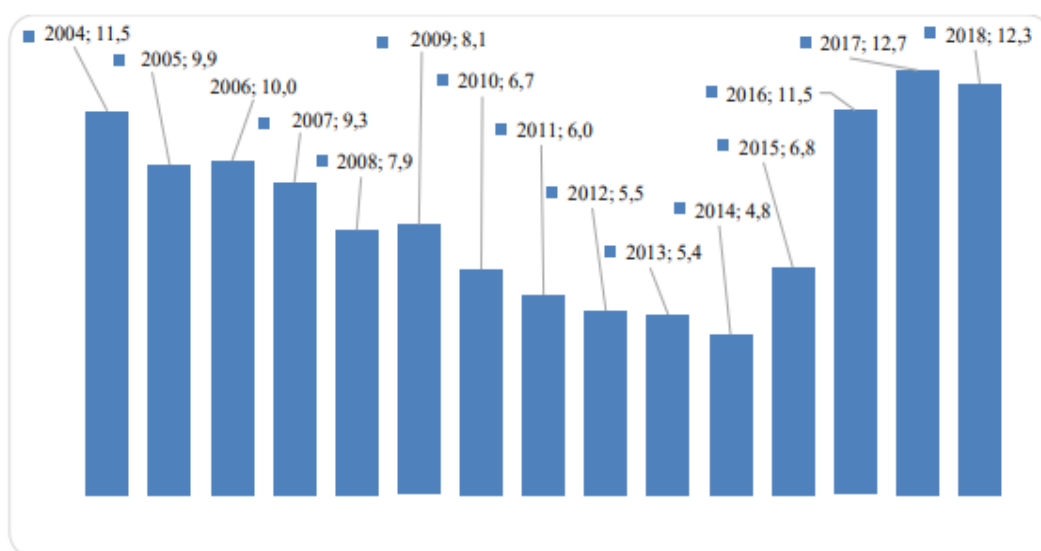
⁶O termo em questão foi colocado entre aspas porque entendemos que não se trata de uma reforma, mas sim de uma contrarreforma, pois não representa melhorias ou ampliação de garantias para os trabalhadores, mas sim um processo de retirada de direitos e desproteção aos mesmos. Como esse processo não vai na direção de melhorar qualitativamente a legislação trabalhista em prol da proteção e dos direitos, então entendemos que semanticamente o termo é inadequado para representar o seu significado. Por isso, usaremos ao invés de REFORMA, o termo CONTRARREFORMA, com o objetivo de representar o significado de destruição e regressividade nos direitos e na proteção. Mais informações sobre o assunto ler Ghiraldelli (2019).

As alterações no âmbito do direito coletivo do trabalho trouxeram a desobrigação da contribuição sindical, trazendo fragilidade para as organizações sindicais nas negociações coletivas, pois passou mais poderes às convenções coletivas. Como afirma Petras (2012), “A reação capitalista centrou-se em várias preocupações estratégicas inter-relacionadas: a eliminação dos sindicatos baseados em classe e contratos sociais do estado de bem-estar populista.

Em 2019 é sancionada a Lei nº 13.874/19 denominada Lei de Liberdade Econômica que vai na direção de aprofundar a flexibilização das regras trabalhistas, esse é outro ponto a respeito das contrarreformas. Desse modo, foram alargadas as portas para o aumento do trabalho informal através da contratação intermitente, trazendo condições instáveis de trabalho, bem como possibilitou alterações na jornada de trabalho que passou a ser mais flexível sempre no sentido de sua ampliação e/ou maior disponibilidade do tempo livre em favor do contratante da força de trabalho, e para além disso a baixa remuneração.

Ghiraldelli (2019) traz um gráfico para mostrar como “a desregulamentação da legislação trabalhista tem contribuído para a elevação dos índices de desemprego e para a precarização das relações e condições de trabalho”. A imagem abaixo, com base no gráfico elaborado pelo mesmo apresenta dados sistematizados sobre o aumento na taxa de desemprego do ano de 2004 a 2018:

Gráfico 01. Taxa (%) de Desemprego no Brasil no período de 2004 a 2018



Fonte: Giraldelli (2019)

Esses dados têm correlação com o processo de crise estrutural do capital, mas para além disso há conexões com outras particularidades. O mundo vivenciou recentemente uma crise

sanitária que foi a pandemia da Covid -19⁷, neste contexto os processos de precarização do trabalho se intensificaram com o teletrabalho, com o aumento da informalidade, com o aumento do desemprego. Para expressar tal realidade, de acordo com os dados coletados pela PNAD COVID-19⁸ no ano de 2020 o Brasil apresentou uma taxa média de cerca de 14,4 % de pessoas fora do mercado de trabalho, essa realidade impulsionou a flexibilização nas contratações.

Com o processo de regressividades trabalhistas em questão há uma facilitação na autorização para a contratação do trabalho terceirizado e autônomo, as férias que podem ser parceladas, as gestantes que podem realizar o trabalho em lugares insalubres que antes era proibido, com a justificativa de que seja considerado grau de insalubridade mínimo ou médio. Tratam-se de alterações e flexibilização nas legislações que trouxeram maiores inseguranças para a classe trabalhadora e mais liberdade para os empregadores exercerem a exploração sobre o trabalho.

Os/As Assistentes Sociais também sofreram com tais mudanças nos direitos trabalhistas, afinal também estão classificados como trabalhadores assalariados. Passando a vivenciar um cenário pautado na sobrecarga de trabalho uma vez que, não aconteceram novas contratações, assim como maior precarização nas formas de contratação por meio de contratos temporários ou até mesmo informais.

Nesse sentido, Serpa et al. (2020, p.11) elucida:

A nova morfologia do trabalho nos serviços públicos impõe aos/ as assistentes sociais um mercado de trabalho com contratos de trabalho temporários, pela ausência de concursos públicos, com a prevalência de vínculos vulneráveis, incapazes de garantir direitos trabalhistas e assegurar uma atuação qualificada. Nesse sentido, também expõe os/as profissionais ao desemprego em larga escala, à redução de postos formais de trabalho, à polivalência e multifuncionalidade no trabalho, ao aumento da terceirização e do empreendedorismo e à desregulamentação dos direitos trabalhistas.

Naturalmente, tal contexto tem apresentado processos desfavoráveis no mercado de trabalho do/a assistente social, que por sua vez dispõe apenas de sua força de trabalho como meio para sua própria reprodução. Com efeito, os problemas enfrentados por esses profissionais acabam por impor limites reais à “autonomia” profissional e aos resultados da sua atuação, como também levando o/a mesmo/a a buscar mais de um vínculo empregatício.

⁷A COVID-19 é uma doença infecciosa causada pela corona vírus que foi registrada pela primeira vez na China, mas que a partir de 2020 alastrou-se pelo mundo, configurando uma pandemia.

⁸Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD COVID19. Sobre esse assunto acessar o canal IBGE | COVID19.

Para a categoria a autonomia profissional se manifesta na capacidade de escolher as ferramentas e estratégias adequadas, assim como a capacidade de ampliar a finalidade para dar um direcionamento que vai além daquilo que está sendo requerido de imediato pela instituição. Partindo desta reflexão, é preciso levar em conta que o trabalho profissional do/a assistente social, diferente de outras categorias profissionais, não é mecanizado a ponto que não reproduz ou se atém a um processo de trabalho já estabelecido. Neste ponto o profissional dispõe de uma margem de relativa autonomia na criação de novas estratégias.

Para a execução de sua prática profissional o assistente social tem que lidar com o viés de sua relativa autonomia, tendo que atuar entre as demandas dos usuários, incentivando-os a lutarem por seus direitos, e as possibilidades que a Instituição lhe oferece. “O ser profissional é eminentemente ético e político, de modo que compreender, pensar, refletir e intervir no âmbito da reprodução não é tão simples assim” (Sarmiento, 2014, p. 179 apud Taborda et al, 2015, p. 3).

Do mesmo modo, vale ressaltar que existem condicionantes que levam o/a profissional a uma margem de autonomia relativa, onde o/a mesmo/a precisa lidar com as demandas advindas dos/as usuários/a num contexto correlativo ao que é disponibilizado pela instituição a qual atua.

Independente do seu caráter público, privado ou filantrópico, as instituições também são espaços de lutas e disputas hegemônicas. Neste sentido, a hierarquia e as relações de poder aparecem para os assistentes sociais como fatores que limitam o exercício profissional e impactam direta ou indiretamente na relativa autonomia que possuem. (Taborda et al, 2015, p. 3).

Neste ponto, se torna cada vez mais restrita a atuação profissional pautada sob as determinações do processo de precarização, na sobrecarga de trabalho, ausência de recursos e ferramentas adequadas para alcançar um fim, resultando na mecanização do trabalho e limitações na sua atuação.

2.2 – Trabalho na contemporaneidade: fenomenologia das formas de precarização

As mudanças no mundo do trabalho que são determinadas pelos processos de transformações na acumulação capitalista, na busca incessante de aumentar os ganhos do capital

através da intensificação da exploração sobre o trabalhador. Esse processo resultou no aprofundamento da precarização, que é uma forma multifacetada de institucionalizar a instabilidade, ela está relacionada a perda de direitos trabalhistas, as fragilidades que a sociedade neoliberal trouxe e ainda traz para as relações de trabalho.

Na linha do que aborda Mota (2013, p. 82), é possível observar que a precarização se manifesta:

[...] no trabalho temporário, contratos a termo, trabalho em tempo parcial, em domicílio, por peça – sejam eles considerados formais ou informais, e até clandestinos, adquirindo uma dimensão estrutural e permanente para os trabalhadores que são subordinados a modalidades de trabalho instável, flexível e desprotegido.

Mas o processo de precarização se aprofundou e ficou mais complexo com a crise estrutural do capital e com a reestruturação produtiva iniciada a partir de meados de 1970, marcada pela desregulamentação do trabalho, perdas de direitos sociais e trabalhistas, inovações na gestão assim como também inovações tecnológicas na área da produção que possibilitaram maior exploração da força de trabalho, é importante dizer que essas tendências seguem até os dias atuais. Abordando alguns condicionantes da precarização que se dão pela mecanização do trabalho no período Taylorista pode-se observar que:

[...] o modo de organização fabril ao postular o desenvolvimento dos métodos e organização do trabalho visando controlar o tempo dedicado a determinada atividade. Isso é continuado pelo fordismo (que aprimora o sistema predecessor ao introduzir o conceito de linha de montagem e, com isso, propõe uma nova dinâmica ao trabalho) fez com que o trabalhador perdesse progressivamente o controle sobre o processo produtivo, visto que a divisão do trabalho, introduzida pelo sistema de fábrica, significou uma separação extrema entre concepção e execução do trabalho fragilizando a representação que o trabalhador tinha acerca de sua atividade, bem como do seu papel na sociedade de forma geral [...]. Isto é, amplificação da alienação do trabalhador em todas as dimensões da sua existência, na esteira da precarização do trabalho. (Araújo; Moraes 2017, p. 3).

Observa-se que do taylorismo até os tempos atuais a precarização no âmbito das relações de trabalho tem se amplificado de diversas formas. Do final do século XX para o início do século XXI o mundo capitalista tem vivenciado uma produção descentralizada e formas de flexibilização de diferentes modalidades de realização da venda e exploração da força de trabalho endossada pelo ideário neoliberal.

Essas formas de flexibilização têm se mostrado por meio dos trabalhos autônomos que não estão vinculados formalmente a nenhuma empresa ou empreendimento industrial, comercial e/ou de prestação de serviços, embora muitas vezes tenham a força de trabalho utilizada sem que se estabeleça nenhum tipo de contrato formal.

Mais recentemente, uma forma de desenvolvimento da exploração da força de trabalho tem sido o teletrabalho ou o trabalho remoto, que possibilita ao trabalhador exercer suas atividades para o empregador fora do ambiente da empresa, trazendo benefícios apenas ao empregador, pois resulta na diminuição de custos do empregador com a força de trabalho e até mesmo com alguns custos do empreendimento. Essa foi uma modalidade que cresceu muito na Pandemia da Covid-19.

O trabalho informal dos entregadores de aplicativos também foi uma nova modalidade que surgiu para intensificar a exploração e aprofundar quase que sem limites a precarização dos trabalhadores dessa modalidade, pois quem exerce esse tipo de trabalho está submetido a uma grande jornada de atividade, a uma baixa remuneração e desproteção social. Nesse contexto, é uma das profissões que estão sendo mais exploradas, isso tudo se estabelece em razão das novas relações de trabalho a partir da Reforma Trabalhista e da política do Estado que viabilizou a desproteção social, então orientado pelos princípios neoliberais para atender os interesses do capital e possibilitar o esvaziamento da força sindical dos trabalhadores, acarretando em formas variadas de precarizações de trabalho, em vulnerabilidades sociais e políticas.

Com as flexibilizações sobre os direitos trabalhistas em favor dos interesses do capital, tem crescido nos dias atuais a diminuição dos trabalhadores formais que gozam de maior estabilidade, ampliando a presença do trabalhador cada vez mais precário, sob variadas formas de contratações, com redução de salário, amplificação da informalidade que se expressa também através das terceirizações.

O trabalhador terceirizado se insere nas relações de trabalho e/ou de produção sempre muito mais fragilizado, por possuir menos direitos, uma jornada de trabalho maior, estão mais sujeitos a acidentes de trabalho, assim como são remunerados de forma desigual em relação aos outros trabalhadores diretos.

Os alertas sobre os malefícios da terceirização para os trabalhadores são constantes e derivam de diversas instituições e pesquisadores [...] são comuns as denúncias de trabalhadores terceirizados laborando sem o gozo de férias, sem descansos, sem condições dignas de habitação, alimentação e, no pior dos casos, exercendo suas atividades em condições análogas à escravidão. Sobre esse último tema [...] um dado digno de nota: “[...] 90% dos 40 maiores

resgates em todo o Brasil nos últimos 4 anos tinham trabalhadores terceirizados”. (Trindade, 2021, p. 9)

Vê-se então que terceirização, precarização, informalidade, dentre outras formas de rebaixamento das condições dignas, salubres e civilizatórias de trabalho caminham de braços dados. Trata-se de uma marcha impulsionada pelos interesses do capital de recuperar-se da crise e ampliar sua acumulação marcada por uma realidade pautada no alargamento da taxa de desemprego, crescimento da terceirização e informalidade, baixos salários, risco social e a saúde física e mental compõem o cenário do mercado de trabalho brasileiro.

O processo de precarização do trabalho vem apresentando variadas formas de manifestação com o passar do tempo. Esse fenômeno tem se aprofundado mais contemporaneamente e afeta tanto os indivíduos que se encontram em situação de menor grau de escolaridade, como também tem atingido até mesmo os trabalhadores com maior remuneração e de prestigiado status social.

Acreditamos que a expressão mais emblemática do fenômeno da precarização do trabalho, porque imediatamente visível e sentida, por isso mais compreendida no cotidiano da vida do trabalhador, é o desemprego estrutural que atinge na contemporaneidade grande parcela da classe trabalhadora, uma expressão que no Brasil se revela pelo fato de jamais ter vivenciado situação de pleno emprego.

A situação do desemprego é algo que se alastrou no mundo capitalista como uma de suas contradições mais agudas, por isso assumiu a forma estrutural mais recentemente, fato que se aprofunda sensivelmente no Brasil após o Golpe de 2016 e que ganhou ares de drama social com os efeitos da pandemia.

Ao se tomar como base alguns dados indicadores que ilustram as taxas de desemprego respectivamente no Brasil, Nordeste, Sergipe e RMA⁹, em períodos que destacaram acontecimentos que impactaram a vida dos trabalhadores, apresentamos a seguir uma tabela para melhor ilustração dos percentuais estatísticos coletados a respeito dessa problemática.

⁹ RMA (Região Metropolitana de Aracaju).

Tabela 01 – Taxas de desemprego entre os anos 2015 e 2022¹⁰

Região/Ano	2015	2017	2020	2022
Brasil	8,5%	12,7%	13,5%	7,9%
Nordeste	10,8%	15,8%	17,2%	12%
Sergipe	9,1%	14,3%	18,4%	11,9%
RMA	11,6%	14,4%	16,9%	13,25

Fonte: dados extraídos de diversas fontes.

Pode-se observar que a taxa média de desemprego apresentou um aumento de 4,2% entre o ano de 2015 e 2017, a nível nacional. Esse momento no Brasil é marcado pela triste experiência de mais um Golpe, que foi responsável por destituir a Presidente Dilma Rousseff através do *impeachment*. Tal cenário se mostrou de grande impacto para o ano de 2017, período em que se realizou a Contrarreforma Trabalhista. Ação que ao contrário dos objetivos defendidos ou mistificados, propiciou instabilidade no âmbito do trabalho.

No ano de 2020, em consequência da Pandemia e da intensificação da política Neoliberal, que alguns classificam como ultraneoliberalismo, foi onde obtivemos a maior taxa de desemprego, principalmente em estados do Nordeste, como se pode observar nos dados da tabela 1, dentre eles destacando-se Sergipe e a RMA. Já no ano de 2022, apesar de ter ocorrido uma diminuição na taxa percentual de desemprego do Brasil, o Nordeste continuou com taxa relativamente alta se compararmos os quatro anos destacados na supramencionada tabela.

Tomando como base dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) do IBGE coletados no mês de junho do ano de 2023, a taxa média de pessoas desempregadas no Brasil no primeiro trimestre de 2023 corresponde a 8,8% da população, cerca de 9,4 milhões de pessoas. O exercício profissional de assistentes sociais não se encontra a salvo desses indicadores de desemprego, nem tampouco do processo de precariedade nas condições e relações de trabalho.

Os principais marcadores de precarização para a categoria se encontram determinados pelo impacto no financiamento das políticas públicas e sociais, que tem sido crescentemente

¹⁰ Os dados sobre a situação de desemprego foram extraídos de diversas fontes, que são: Agência IBGE Notícias; PNAD Contínua; CUT; Portal de Transparência da Prefeitura de Aracaju.

reduzido. Isso tem implicado em condições mínimas e precárias para assistentes sociais realizarem suas competências e habilidades profissionais, bem como de responderem as demandas nos processos de trabalho que se inserem.

Outra forma de manifestação do processo de precarização sobre o trabalho do Serviço Social se expressa na dificuldade em ter uma participação ativa nos espaços coletivos, muito em razão da necessidade de uma dupla jornada de trabalho, decorrente de remuneração salarial rebaixada e/ou em razão da sobrecarga e intensificação do trabalho nos espaços empregatícios, o que restringe sua autonomia profissional e muitas vezes acarretando em situações de adoecimento.

Sob a política neoliberal, o Estado, principal empregador do Serviço Social, tem oportunizado a privatização/terceirização dos serviços. Com isso, tem declinado os contratos de profissionais através dos concursos públicos, consequentemente aumentando os contratos através de Processos Seletivos Simplificados (PSS) ou terceirizados por meio de Organizações Sociais (OS). Isso revela como a questão das flexibilizações no âmbito dos direitos trabalhistas tem encontrado também a profissão.

As formas de assédio, principalmente moral, tem sido cada vez mais registrado no cotidiano profissional, revelando as dificuldades que assistentes sociais vivenciam frente às chefias nos locais de sua atuação, nesse sentido, Moraes e Shocair (2018, p. 8) afirmam que:

Atrelado a estes processos, assistentes sociais, por vezes, sofrem com os limites de sua atuação profissional frente às chefias autoritárias que buscam o controle do seu trabalho e representam uma ameaça na luta dos/das profissionais por condições éticas e técnicas de trabalho; por melhores salários; valorização do trabalho e diminuição da sobrecarga de trabalho.

O adoecimento psíquico e biofísico tem dado visibilidade ao processo precário das condições de trabalho do Serviço Social nas instituições empregadoras. Como já fora abordado anteriormente, os/as assistentes sociais são profissionais que compõem a classe trabalhadora, pois são profissionais assalariados, não escolhem “livremente” as condições em que vendem a sua força de trabalho, bem como são dependentes da instituição ao qual são inseridos para o exercício de suas funções.

Como lembra Iamamoto (2006), na direção de sua intervenção do Serviço Social a profissão orienta-se na direção dos interesses da classe trabalhadora, mas é contraditoriamente contratada por outra classe. Essa condição coloca muitas vezes assistentes sociais em rota de colisão entre a direção social da profissão e as chefias imediatas que representam os interesses

dos contratantes, o que não raro desdobra-se em situações de perseguição e assédios diversos. Tal processo coloca esse profissional em um estado de tensão frente a sua atuação embasada nos seus princípios éticos com a classe trabalhadora, vale ressaltar também a precarização dos espaços ocupacionais e a intensificação do trabalho, o que decerto colabora para o seu adoecimento psicológico e até mesmo físico, tal qual já referido um pouco mais acima.

Com relação ao nível salarial dos/as assistentes sociais que é uma das preocupações de precarização para o profissional, pois até o presente momento não tem um salário unificado no Brasil, ou seja, não há um piso salarial estabelecido para a categoria. Há no país uma visível variação na remuneração dos profissionais, que se estabelece determinado por regiões e espaços de trabalho, cuja média varia entre R\$ 1.485,00 e R\$ 3.586,00.

Para enfrentar esse fenômeno da variação marcada, sobretudo, pelo rebaixamento salarial como uma manifestação da precarização da profissão, as entidades representativas do Serviço Social têm encampado lutas. Uma das bandeiras de luta é pela instituição de um piso salarial. Informação coletada no site do CFESS dá conta da proposta de Projeto Lei nº 1827/2019, com a indicação de alteração da Lei nº 8.662/93, que está em tramitação na Câmara dos Deputados, para estabelecer o piso salarial em R\$ 5.500,00 mensais, para uma jornada de trabalho de 30 horas semanais para a categoria.

Em meio a situações precárias de condições de trabalho, temos um grande avanço nas lutas de reivindicações dos direitos trabalhistas para a profissão, nesse momento o CFESS alerta para a grande importância da categoria, das entidades representativas, as entidades associativas e sindicais estejam juntas na mobilização dessa luta, visto que ainda está em tramitação para a aprovação. A isso, as lutas coletivas da profissão se desenvolvem também por melhores condições de trabalho, estabelecendo o enfrentamento também ao processo de precarização que tem atingido o Serviço Social.

CAPÍTULO 03 – Trabalho profissional e precarização: a realidade da Região Metropolitana e as lutas para a resistência da categoria

3.1 - Indicadores do processo de precarização do trabalho profissional na RMA: análise das sistematizações de TCC's e Relatórios de Estágio do DSS/UFS

A precarização do processo de trabalho profissional do Serviço Social na Região Metropolitana de Aracaju é complexa e envolvem os diversos campos de inserção profissional na área da Saúde, da Educação e da Assistência, que organizam os principais espaços dos processos de trabalho onde os/as assistentes sociais estão inseridos/das. É evidente que a categoria vivencia em seus espaços ocupacionais um cenário de deterioração das condições de trabalho que influenciam diretamente não somente na qualidade dos serviços prestados como também na saúde dos trabalhadores, como enfatiza Raichelis (2011, p. 422):

Essa dinâmica de flexibilização/precarização atinge também o trabalho do assistente social, nos diferentes espaços institucionais em que se realiza, pela insegurança do emprego, precárias formas de contratação, intensificação do trabalho, aviltamento dos salários, pressão pelo aumento da produtividade e de resultados imediatos, ausência de horizontes profissionais de mais longo prazo, falta de perspectivas de progressão e ascensão na carreira, ausência de políticas de capacitação profissional, entre outros.

Ao tratar das condições em que se encontra o/a profissional em sua atuação técnica, surge uma necessidade de análise crítica das dimensões que tocam a realidade do trabalho profissional. Do mesmo modo, ainda que de extrema importância para a categoria, poucas são as abordagens que constituem o acervo teórico que circulam tal problemática. A questão que toca sobre o trabalho profissional e, mais precisamente, sobre a precarização do trabalho ainda que tenha avançado em termos de observações, produção teórica e sistematizações de pesquisas, ainda carece de atenta e aprofundamento da atenção.

Para tratar ou problematizar sobre os processos de precarização da profissão, com recorte na Região Metropolitana de Aracaju, selecionamos para fins de pesquisa alguns documentos e/ou produções com sistematizações de informações e dados no Departamento de Serviço Social (DSS) da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Foram selecionados para as análises, 09 (nove) documentos e/ou produções, dentre eles 05 (cinco) Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e 04 (quatro) Relatórios de Estágios Supervisionados em Serviço Social.

Assim, através das análises realizadas, foi possível a aproximação com as manifestações da precarização na realidade de profissionais que atuam na Grande Aracaju. A partir daí foi construída a sistematização de problematizações que envolvem a questão da precarização do trabalho profissional a partir das considerações e informações sobre a realidade local, com base na exemplificação e elementos apresentados nas produções analisadas.

Todo o esforço das análises foi desenvolvido em diálogo com todo o arcabouço teórico construído e apresentado como fundamentação, bem como em diálogo com as informações já coletadas neste trabalho.

Deste modo, a fim de organizar a pesquisa documental, foram considerados aspectos como a periodicidade de publicação que circula entre os anos de 2015 a 2022, nos campos de atuação profissional na aplicação das Políticas de Assistência, Saúde e da Educação. Escolhemos essa demarcação temporal pelo fato do ano de 2015 ter sido um período que antecedeu ao Golpe de 2016, como também demarca o momento de trânsito para os governos em que se inicia o chamado ultraneoliberalismo (durante os governos de Michel Temer e Jair Bolsonaro), que trouxe um contexto de intensificação dos processos de precarização das relações de trabalho no Brasil. Dentre os textos selecionados, encontramos aspectos intrínsecos as diversas expressões de processos de precarização no trabalho profissional do/da assistente social.

A começar com o processo de desfinanciamento das políticas públicas, que se traduz em uma realidade em que todos os setores sofreram com a falta de investimento adequado. Deste modo, para expressar tal processo, Veronica Nascimento traz informações sobre a precarização dos espaços de atuação determinado pelo subfinanciamento das políticas sociais em sua pesquisa para elaboração do TCC, realizada na área da Saúde em uma Unidade de Saúde da Família (USF), localizada em Aracaju:

Nessa direção, os/as assistentes sociais enfrentam no cotidiano dos serviços públicos de saúde, de forma específica no atendimento nas Unidades de Saúde da Família (USF), os desafios advindos do subfinanciamento/desfinanciamento da política de atenção básica. Considere-se que no território nacional, o profissional de Serviço Social não integra a equipe básica de saúde. (Nascimento, 2022, p. 20)

O processo de desfinanciamento traz implicações para o exercício profissional, uma vez que ocorre a diminuição dos recursos destinados às políticas sociais, acarretando em limitações na qualidade dos serviços prestados e na capacidade de construir as estratégias mais adequadas

para atender as necessidades dos usuários, como também em desafios ético-políticos ao tomar decisões sobre a alocação de recursos escassos.

Na área da Assistência Social selecionamos o TCC de Isabella Santos, a pesquisa da mesma foi realizada em algumas Unidades de Acolhimento Institucional de crianças e adolescentes, na Região Metropolitana de Aracaju. Em seu Trabalho de Conclusão de Curso são apresentadas algumas considerações que trazem informações sobre assistentes sociais com relação à remuneração dos/as mesmos/as. Nesse cenário de rebaixamento salarial, tal aspecto é um dos indicadores de precarização:

Durante a realização desta pesquisa as assistentes sociais que se propuseram a responder o nosso questionário foram perguntas acerca da remuneração recebida pelas ações exercidas profissionalmente. As profissionais de todas as Unidades participantes destacaram que acreditam não receber um salário condizente com as atividades desempenhadas. As mesmas acentuaram em suas respostas que o salário recebido não condiz com a quantidade de demandas e ritmo de trabalho impostos ao Serviço Social, de que o salário recebido é insuficiente para cobrir suas necessidades e despesas mensais, bem como não expressa a dedicação que o profissional precisa ter ao seu trabalho, para além do acúmulo de atribuições impostas ao profissional e o nível de complexidade que se encontra no âmbito do acolhimento institucional. (Santos, 2022, p. 57).

Como demonstrado no questionário aplicado na pesquisa de Santos (2022), questões como baixo salário e alta carga de trabalho, refletem em desafios que inviabilizam a reprodução social dos trabalhadores, fazendo com que os mesmos acabem procurando alternativas para complementar a renda, contribuindo para o esgotamento profissional afetando a sua saúde física e mental, em alguns casos submetendo-se a uma dupla ou tripla jornada de trabalho.

Outra variante do processo de precarização é a falta de estrutura física adequada para a realização dos atendimentos de forma ética. No que diz respeito precisamente a essa questão 02 (duas) produções trazem considerações que dialogam entre si sobre como a precarização das condições de trabalho rebate na qualidade da intervenção e trazem implicações sobre as dimensões constitutivas da profissão, mais particularmente a dimensão técnico-operativa e ético-política. Vejamos algumas informações advindas da experiência e observação de Victória Luz no seu Relatório de Estágio Supervisionado Obrigatório realizado no Hospital de Urgência de Sergipe (HUSE). Em tal experiência de estágio essa vertente do processo de precarização aparece por meio das considerações, a saber:

Cabe assinalar que durante o estágio, observou-se as condições precárias no quesito estrutural da sala, pois a mesma não oferece possibilidade de sigilo profissional ao usuário. Esse aspecto que acarreta em um atendimento não adequado, tendo em vista que as profissionais atendem uma demanda significativa dos setores que compõem o Internamento. (Luz, 2020, p. 27-28)

Tais aspectos mostram a inadequação ou até mesmo ausência de recursos, equipamentos e estrutura física para o atendimento que permitam uma intervenção mais adequada, técnico-operativamente quanto qualificada ético-politicamente. Como já citado anteriormente a insuficiência de recursos dificulta a execução dos serviços prestados, na medida que inviabiliza também a locomoção dos profissionais para atendimentos externos. Sobre isso, ao abordar novamente a pesquisa de Nascimento (2022, p. 34), destacamos que:

[...] apesar de o Serviço Social está localizado numa sala onde resguarda o sigilo profissional em relação ao atendimento dos/as usuários/as e onde há mobília disponível para a guarda da documentação, tem-se limitações com relação ao transporte para a realização de visitas domiciliares e profissionais.

A falta de transporte nas instituições é um fator recorrente que os/as profissionais têm enfrentado no seu dia-a-dia, os atendimentos a demandas de casos que necessitam de visitas domiciliares enfrentam dificuldades em sua realização, visto que a burocracia da solicitação e consolidação do veículo solicitado para realizar tal ação é inviabilizada pela falta de recursos. Nos casos de grande necessidade, os/as profissionais acabam por ceder a extrema necessidade que a demanda apresenta e por fim utilizam de seus próprios veículos para realizarem as visitas e dar continuidade ao trabalho.

Nas publicações acessadas na pesquisa, é pautada mais uma expressão da precarização que toca à forma de contratação e/ou ao mercado de trabalho, que tanto afeta a capacidade profissional de realizar suas competências, habilidades e atribuições. Essas questões foram pontuadas por Adailton de Oliveira, juntamente com Jamaica dos Santos, em seu Relatório de Estágio Supervisionado Obrigatório realizado no Instituto Federal de Sergipe (IFS) no Campus de Aracaju:

Portanto, no que se refere às demandas que a profissão possui, percebe-se que existe grande quantidade a ser trabalhada pelas profissionais do Campus Aracaju, estas que procuram desenvolver suas atividades com a qualidade exigida. Porém, seria necessário ampliar o número de assistentes sociais para melhor atender essas demandas, evitando, assim, uma sobrecarga de trabalho que pode ser notada principalmente no período de cadastramento e

recadastramento do PRAAE, sendo essa uma atividade de muito desgaste físico e emocional, o que envolve a questão das condições de trabalho das profissionais. (Oliveira; Santos, 2016, p. 28-29).

Como destacado no relato, a precarização também está na sobrecarga de trabalho que advém do baixo índice de profissionais contratados pelas instituições. Esse viés se expressa diretamente na qualidade dos serviços prestados uma vez que o quantitativo de profissionais ali inseridos é insuficiente e não dispõe de tempo adequado para se dedicar às demandas postas, levando os mesmos ao esgotamento físico e mental. Outro desdobramento dessa condição é que a demanda ou necessidade social a qual o Serviço Social se insere no processo de trabalho de mediação institucional para seu atendimento, acaba por resultar em uma resposta insuficiente ou sem satisfazer plenamente a demanda colocada. Nesse sentido opera-se uma dupla precarização que se entrelaça e dialeticamente se determina, a primeira diz respeito às condições do trabalho profissional e a segunda ao resultado do trabalho profissional que se expressa na resposta precária às demandas postas.

Na mesma perspectiva, Isabella Santos reforça ainda mais o quadro precarizado das condições de contratação e como isso impacta no exercício das competências e atribuições do Serviço Social em atuação nas instituições.

[...] as profissionais de duas das quatro Unidades pesquisadas destacaram acerca da necessidade da contratação de pelo menos um novo assistente social para trabalhar na Unidade, uma vez que existe um alto número de demandas a serem atendidas que necessitam de atenção especial da categoria, como é o caso da realização de um acompanhamento próximo às famílias das crianças e adolescentes que se encontram acolhidas. (Santos, 2022, p. 58-59).

Os/As profissionais que se encontram sobrecarregados com uma grande proporção de casos, acabam por se concentrar em respostas imediatas ao invés de trabalhar em intervenções mais organizadas ou planejadas previamente diante das problemáticas que são apresentadas, resultando em soluções de curto prazo e fazendo com que a demanda retorne recorrentemente. Deste modo, afetando negativamente não somente aos usuários como também ao profissional que não consegue efetivar suas habilidades de forma eficaz.

Ainda sobre a sobrecarga de trabalho e o número insuficiente de profissionais perante a demanda nos espaços institucionais de trabalho, as entrevistas descritas no TCC de Joyce Santos e Maria dos Santos aborda sobre esse aspecto da precarização. A entrevista foi realizada com assistentes sociais que atuam no Ministério Público de Sergipe, nesse material destacamos:

O quantitativo de Profissionais ainda é insuficiente para a demanda e a interlocução com as promotorias sobre as solicitações e a efetividade da assessoria que precisa melhorar (Assistente Social 1).

A necessidade de aumentar o quantitativo de profissionais; priorização das demandas de caráter coletivo em detrimento ao individual (Assistente Social 2) (ENTREVISTADOS/AS apud Santos; Santos, 2016, p. 49).

A pauta que percorre o baixo índice de contratação de assistentes sociais, levanta desafios significativos e se mostra recorrente nas publicações acessadas, assim como pontuados nas entrevistas que foram destacadas. Raichelis (2011) aponta em suas análises que a falta de contratação e a precarização dos espaços ocupacionais, resultam na perda de profissionais qualificados e prejudica até mesmo àqueles que estão em busca do seu primeiro emprego.

Outro aspecto identificado foi o desvio de função e das competências profissionais que tomou sérias proporções durante a pandemia da Covid-19, contexto em que os/as profissionais se encontravam sujeitos a desempenharem atribuições que não os/as competem. Diante disso, Amanda Santana evidencia em sua pesquisa de TCC, que foi realizada em Unidades de Pronto Atendimento (UPA's):

Requisições e demandas foram impostas aos assistentes sociais na pandemia, a exemplo da atuação do Serviço Social em triagens clínicas de usuários/as com sintomas de contaminação por COVID-19 nos hospitais e demais unidades de saúde, a publicação do Protocolo "Manejo de corpos no contexto do publicado pelo Ministério da Saúde, ao afirmar indevidamente que cabe à equipe de atenção psicossocial a comunicação do óbito a familiares e responsáveis (Santana, 2022, p. 6).

Conforme foi observado em nossas considerações, a pandemia da COVID-19 ampliou a precarização do mundo do trabalho como um todo em vários aspectos. No caso do Serviço Social esse processo trouxe rebatimentos nas atribuições e competências profissionais foram distorcidas ou inflexionadas para além das habilidades técnicas da profissão. Isso se acentuou para os/as assistentes sociais com atuação na área da saúde, pela sua relação direta com o processo pandêmico.

Complementando essa observação com relação ao profissional que em meio a uma situação de extrema tensão como foi o período pandêmico, muitos profissionais encontraram dificuldades no que toca o desvio de função nos espaços ocupacionais. Dentro dessa perspectiva, o posicionamento do CFESS sobre as competências e atribuições profissionais a

serem seguidas durante esse período, se mostrou como um documento de grande importância aos/as assistentes sociais, uma vez que serve de respaldo para o fazer profissional da categoria.¹¹

Ao considerarmos os casos onde ocorrem a falta de valorização da formação acadêmica e da competência no fazer profissional dos/das assistentes sociais dentro dos espaços ocupacionais, muitas das vezes advindas da própria equipe interdisciplinar, podemos verificar que tal situação acaba por dificultar a atuação efetiva dos mesmos. Tal posicionamento encontramos no Relatório de Estágio de Victória Luz, realizado no Hospital de Urgência de Sergipe (HUSE):

Vale ressaltar o quão desafiador é para a equipe de profissionais do Serviço Social, quase que a todo momento, explicar para a equipe multidisciplinar e usuários suas atribuições e funções no ambiente hospitalar. Para além de um profissional que pratica ações de caridade como nos primórdios do surgimento da profissão, muitas vezes ainda são reproduzidas falas desse teor no cotidiano de atuação. (Luz, 2020, p. 29).

A realidade vivenciada pelos/as assistentes sociais que muitas das vezes precisam adotar um discurso de afirmação e reafirmação das suas capacidades dentro do exercício profissional perante a equipe multiprofissional ainda é um desafio constante. Porém, cabe salientar que o Serviço Social foi oficializado, reconhecido e legitimado no país pela Lei nº 1889/1953 como curso superior, juntamente com o Decreto nº 994/1962 que regulamentou a profissão. Com isso o/a profissional que passou pela academia está igualmente qualificado para exercer suas funções com base na instrumentalidade, teórico- metodológica, ético-política e técnico-operativo. Mais recentemente, esse reconhecimento é reforçado pela Lei de Regulamentação da Profissão – 8662/1993 – e pelas Diretrizes Curriculares que reforçam a qualidade da formação superior da profissão.

Dentro do processo de precarização, uma questão que se atrela ao trabalho profissional e lhe traz profundas contradições está demarcado no âmbito da sua autonomia relativa. Muitos profissionais encontram limitações no seu fazer profissional, como podemos observar nas

¹¹ Para mais esclarecimentos sobre o assunto acessar orientação normativa n. 3/2020 do CFESS, publicada em 31 de março de 2020. Esse documento esclarece sobre a atuação do serviço social na pandemia, indicando algumas atribuições:

- . A comunicação de óbito não se constitui atribuição ou competência profissional do/a assistente social;
- . O/A assistente social deve se ater às suas atribuições e competências profissionais, visando o melhor atendimento ao/a usuário/a;
- . Da mesma forma, não cabe ao /à assistente social a divulgação de boletins médicos, nem tampouco o atendimento prévio de pacientes, visando realizar a triagem das suas condições clínicas para acesso aos serviços de saúde;

sistematizações de Melânia Gomes em seu relatório de estágio, que foi realizado no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) Madre Tereza de Calcutá:

Entre os instrumentais técnico-operativos estão os relatórios sociais, técnico e informativo, parecer social e o PAIF, que conforme a sua finalidade auxilia o profissional no processo interventivo, porém alguns instrumentais utilizados pelo CRAS vêm pré-definidos, como PAIF, retirando, assim, a autonomia profissional. (Gomes, 2018, p. 17).

O trabalho profissional do/da assistente social requer uma análise crítica sobre as demandas que lhes são atribuídas nos diferentes ambientes institucionais ao qual está inserido/a. Contudo, o/a mesmo/a encontra diversos limites que dificultam suas ações, tornando, por partes, a prática profissional mecanizada e lhe impondo uma restrição ainda mais aguda das condições de exercício da sua autonomia relativa.

Para Taborda et al (2015, p. 2):

[...] é no fazer profissional do assistente social, nesta prática respaldada pelos fundamentos teóricos, que também fica revelada a sua relativa autonomia no espaço sócio ocupacional onde está inserido, qual seja, o fato de sua prática estar limitada ainda pelas condições estruturais, institucionais, societárias e pelos próprios projetos profissionais. O assistente social enquanto “ser social”, categoria já trabalhada por Marx, não vive isolado, tem sua liberdade e está engendrado nas relações sociais que estabelece, as quais interferem e também estão presentes em seu agir profissional.

Com o advento da terceirização, muitos profissionais se encontram em condições precárias de trabalho, como falta de estabilidade, benefícios e segurança no emprego. E como relata Mônica Santos e Raquel Santos em seu TCC, realizado com o foco nos desmontes das Políticas Públicas de Saúde, é nítido que tais condições limitam a atuação profissional:

Contudo, cabe ressaltar que o desafio posto é o de viabilizar os direitos sociais dos/as usuários/as, particularmente no contexto neoliberal, onde as condições de trabalho precarizadas, com contratos temporários, jornadas extenuantes e salários reduzidos dificultam a efetividade do atendimento. (Santos; Santos, 2022, p. 49).

Essa diversidade de expressões do processo de precarização é advinda ou determinada estruturalmente pela sociedade capitalista, em tempos de crise de acumulação de capital e/ou de crise estrutural, que potencializa a sua lei geral da acumulação ao criar situações que elevem

a produção de riqueza para apropriação de uma classe e do mesmo modo gera desigualdades ao desregulamentar direitos dos trabalhadores.

Os/As assistentes sociais estão inseridos como trabalhadores/as neste processo que envolve todo o mundo do trabalho, tal indagação é evidenciada por Raichellis (2011, p. 421):

No caso do Brasil, onde a precarização do trabalho, a rigor, não pode ser tratada como um fenômeno novo, considerando sua existência desde os primórdios da sociedade capitalista urbano-industrial, as diferentes formas de precarização do trabalho e do emprego assumem na atualidade novas configurações e manifestações, especialmente a partir dos anos 1990, quando se presenciam mais claramente os influxos da crise de acumulação, da contrarreforma do Estado e da efetivação das políticas neoliberais.

Para além disso, contam com vínculos empregatícios através de contratos temporários, sem direitos trabalhistas e com um piso salarial que é inferior as exigências para ocupação da vaga ofertada. Dentro desse contexto, foi possível identificar pontos que embasam tal afirmativa, através de entrevista encontrada em Relatório de Estágio Supervisionado de Bruna Santana e Inea Reis, realizado na Fundação de Apoio a Pesquisa e Extensão de Sergipe (FAPese):

Quando perguntados sobre sua primeira experiência no campo profissional do Serviço Social, 100% respondeu que a primeira experiência se deu através de sua inserção no PEAC, sendo que destes 75% adentrou no Programa através de contrato e indicações, devido à anterior aproximação com o Programa quando vinculados anteriormente como estagiários, e 25% através de seleção com prova e análise de currículo. O vínculo institucional dos 100% dos entrevistados se dá através do regime da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), de forma terceirizada via FAPese. (Santana; Reis, 2015, p. 78).

Os pontos acima destacados elucidam os processos massivos de precarização do trabalho aos quais os/as assistentes sociais estão fadados a lidarem constantemente, expressos nas violações de direitos desses profissionais dentro dos espaços ocupacionais. Essa realidade permeia não somente suas ações, mas também sua integridade física e mental, para além da subjetividade individual e coletiva.

3.2 – As lutas e posicionamentos do Serviço Social: questões pertinentes ao processo de precarização do exercício profissional

No Brasil, os/as assistentes sociais desempenham um papel fundamental na viabilização de direitos, na luta contra a desigualdade social e na garantia do acesso a serviços sociais essenciais. Ao longo de décadas, a categoria tem enfrentado desafios significativos, travando diversas lutas pelos seus próprios direitos, e pela valorização profissional no mercado de trabalho.

O processo de precarização do trabalho afeta trabalhadores de diversas áreas, como já dito, o que inclui o/a profissional de Serviço Social que também faz parte da classe trabalhadora. Tal processo apresenta implicações profundas para esses profissionais que enfrentam uma realidade pautada na insegurança e na precarização das condições de trabalho, baseadas em carga de trabalho excessiva, salários muitas vezes inadequados em comparação com as demandas solicitadas nos espaços ocupacionais, condições de trabalho estressantes ou insalubres.

Vale pontuar que mesmo vivenciando ao longo do tempo o aprofundamento da precarização do trabalho, a categoria não se manteve passiva e possuindo na centralidade do seu fazer profissional uma direção social pautada nos projetos éticos-políticos, que se materializa na dimensão prático-operativa e tem embasamento teórico-metodológico, foi em busca pelos interesses da classe trabalhadora a qual faz parte, através de posicionamentos, estratégias de resistências e de lutas que marcam a história do Serviço Social.

Vale ressaltar que o CFESS como maior instância representativa da profissão tem formulado ações e se posicionado sobre algumas questões que envolvem tais processos de precarização. A partir disso, nos debruçamos sobre as mobilizações e formas de resistências que os/as assistentes sociais têm empreendido nas campanhas, ações de lutas e movimentos organizados que desempenharam um papel crucial na defesa dos interesses da categoria profissional e da classe trabalhadora em geral.

A começar pela Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016, pois antes da consolidação dessa emenda o Serviço Social participou de mobilizações e protestos contra a votação e aprovação da mesma. De acordo com matéria veiculada no site do CFESS, no final de 2016 foi realizado uma mobilização de protesto contra a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 55/2016¹² realizada na Esplanada dos Ministérios, em Brasília (DF) por vários movimentos populares, organizações estudantis, centrais sindicais, trabalhadores/as de todas as áreas, incluindo o Serviço Social. A ação abrangeu cerca de 30 mil pessoas que participaram da manifestação. A PEC 55, liderada pelo Governo Temer, tinha como objetivo limitar os

¹² Esta Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 55/2016 veio a se tornar a Emenda Constitucional (EC) nº 95/2016.

investimentos dos recursos para despesas primárias destinadas a saúde, educação e assistência social por 20 anos.

O Serviço Social se fez presente nesse momento de luta dos direitos juntamente com segmentos da classe trabalhadora, a citar as palavras da direção do CFESS que deixou registrada na página da entidade suas considerações sobre a ação: “É um absurdo o que este governo ilegítimo está fazendo. Mas o Serviço Social está nas ruas, junto com as demais categorias da classe trabalhadora. Nada a temer!”. Fazendo menção a campanha nacional de mobilização dos/as assistentes sociais, realizada pelo conjunto CFESS-CRESS que tinha como chamada “Nada a Temer: assistentes sociais contra a regressão de direitos” que fora realizada em novembro de 2016, com o intuito de:

[...] dialogar com a categoria e refletir coletivamente sobre a atual conjuntura, dando destaque a ações e projetos do governo que visam à redução dos direitos da classe trabalhadora, avaliando também os impactos no trabalho profissional. Afinal, as recentes medidas atingem diretamente não só a população usuária, mas também os serviços públicos, nos quais assistentes sociais possuem grande inserção. (CFESS, 2016).

Em seguida, no ano de 2017, com o advento da contrarreforma trabalhista que atacou de forma violenta os direitos da classe trabalhadora como um todo, possibilitando uma crescente exploração do trabalhador pelos empregadores, com a instituição de “livres acordos” e a flexibilização das relações de trabalho, amplificando a precariedade das atividades laborativas.

A partir desse cenário o Serviço Social se posiciona na luta contra os desmontes dos direitos trabalhistas. De acordo com a publicação feita pelo CFESS Manifesta (2017), dentro da campanha do dia do Assistente Social, intitulada “Na Luta de Classes não há Empate”, expressa a necessidade da realização de:

Uma análise do impacto dessa medida nefasta precisa ser realizada juntamente com a lei da terceirização e o congelamento do orçamento público por 20 anos, reajustado segundo o índice inflacionário. Essas e todas as contrarreformas em curso certamente ampliarão as desigualdades e a barbarização da vida social no Brasil e, conseqüentemente, tornarão mais difíceis as condições de resistência da classe trabalhadora.

O Serviço Social, sob o olhar intrínseco à profissão que mantém uma atitude questionadora e crítica às contradições da ordem do capital e aos seus ditames, impulsionou várias frentes, fornecendo apoio direto a segmentos da classe trabalhadora, esclarecendo seus

direitos dentro desse contexto de flexibilização que ameaça precarizar as condições de trabalho impactadas pelas contrarreformas.

Do mesmo modo, ainda no ano de 2017, ocorreu uma decisão política que abalou fortemente a vida da classe trabalhadora, o processo de terceirização dos setores trabalhistas, que regulamentou e ampliou muitos dos processos de precarização do trabalho. Em decorrência disso, o conjunto CFESS-CRESS em parceria com movimentos sociais e outras organizações da classe trabalhadora se mobilizaram em resposta a partir do chamado a greve geral que se deu no dia 31 de março de 2017.

E mais adiante todo esse processo de contrarreformas se tornou ainda mais agravante com a pandemia que assolou o mundo em 2019. Diante disso, o Serviço Social se viu em meio a esse cenário pandêmico que só aumentou e complexificou os processos de precarização do trabalho e os desfinanciamentos das políticas públicas, o que exigiu da profissão reafirmar suas competências e legitimação dentro das instituições de atuação.

Nesse sentido, o CFESS realizou várias ações para dar suporte aos/as assistentes sociais, orientando e dando visibilidade as regulamentações, normativas, ações e informes nesse período, como a divulgação da Orientação Normativa 3/2020. Esse documento traz subsídios para nortear o exercício profissional da categoria, particularmente, dos/as assistentes sociais que atuam no âmbito da Política de Saúde, contribuindo para evitar abusos, desvios de funções e distorções nas atribuições e competências do Serviço Social a Orientação Normativa 3/2020 destaca que:

[...] devem ser garantidas as condições éticas e técnicas de trabalho para assistentes sociais (em consonância com a Resolução CFESS 493/2006) [...], atendendo à família e/ou responsáveis, sendo o/a assistente social responsável por informar a respeito dos benefícios e direitos referentes à situação, previstos no aparato normativo e legal vigente. (CFESS, 2020)

A referida Orientação Normativa ajuda a orientar não somente a categoria profissional, como também contribui para esclarecer a sociedade sobre as atribuições e competências da profissão que foram fortemente tensionadas durante a pandemia. Também para evitar essa expressão ou tensionamento do processo de precarização sobre o Serviço Social, o conjunto CFESS-CRESS realizou outras ações como a execução de reuniões on-line para debater essas questões, bem como realizou entrevistas com profissionais das diferentes áreas de atuação para publicizar o debate sobre a atuação nesses espaços e mostrar as dificuldades encontradas.

Ainda dentro do recorte dos períodos de aprofundamento das precarizações do trabalho, a política neoliberal tem resvalado até os dias atuais, trazendo consequências negativas para a atuação de profissionais de Serviço Social. Na atual conjuntura, estamos presenciando novamente retrocessos que afetarão os direitos dos trabalhadores, os serviços públicos, as políticas sociais e os espaços do trabalho profissional.

Recentemente, foi colocado em pauta o Projeto de Lei Complementar (PLC) 93/2023 que visa implementar o novo arcabouço fiscal¹³. Essa nova legislação nada mais é do que uma substituição da Emenda Constitucional 95/2016, pois de acordo com a ABEPSS, CFESS e ENESSO, declarado em nota crítica e de repúdio:

[...] este ajuste continua privilegiando o pagamento de juros aos credores e amortizações da ilegítima dívida pública, destinando quase metade do orçamento federal e atendendo aos interesses, principalmente, de banqueiros/as e de grandes rentistas, em vez de priorizar o atendimento das demandas sociais e expectativas das/os trabalhadoras/es.

As entidades representativas da categoria estão juntas para debaterem e lutarem contra os retrocessos que acometem os direitos sociais e trabalhistas e que tocam na profissão quanto aos processos de precarização.

Mas, importa referir que a luta do Serviço Social e suas estratégias de resistência não são recentes frente às pautas de direitos e melhores condições de trabalho para assistentes sociais, a exemplo da luta para implementação da Lei 12.317/2010. Mais de 13 (treze) anos atrás a categoria travou uma forte batalha, com publicização da pauta, com negociação com sujeitos políticos e instituições, com mobilizações para conseguir sancionar a referida lei que garantiria para a categoria a jornada de trabalho de 30 horas semanais sem redução salarial. Como a história da profissão é marcada por lutas, avanços e retrocessos, não foi diferente no tocante a essa conquista parcial, pois ainda continuamos na luta pela implementação e efetividade desta legislação na conjuntura atual.

Em nota o CFESS publicou a respeito da participação em uma reunião com o Governo, representado pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços, no dia 30 de junho de 2023, para debater a implementação da Lei 12.317/2010 no âmbito do Governo Federal:

¹³ O Projeto de Lei Complementar nº 93/23 foi aprovado no dia 22 de agosto, com publicação do novo arcabouço fiscal em Lei Complementar nº 200/23 no Diário Oficial no dia 31 de agosto de 2023.

Durante a reunião, o CFESS reforçou a importância desse momento, da possibilidade de retomada dos diálogos sobre a pauta com o governo federal. Na oportunidade, entregou também ao assessor José Celso o livro “Perfil da Categoria de Assistentes Sociais no Brasil”, documento que traz dados relevantes sobre as condições de trabalho de assistentes sociais no país e mostra o quão importante seria o reconhecimento do Executivo Federal para a melhoria das condições de vida da categoria. (CFESS, 2023)

Então como podemos perceber o Serviço Social não está alheio a questões que afetam o mundo do trabalho em geral. A profissão tem se posicionado na luta contra os processos de precarização do mundo do trabalho, sempre pautada no compromisso com o Código de Ética da profissão, na contribuição com a defesa dos direitos humanos, com a luta pelo acesso aos direitos sociais e dos direitos do trabalho, com a democratização dos recursos públicos.

3.3 – Aproximação com produções no Serviço Social sobre a temática

Se fez de suma importância para que nos aproximássemos da temática, recorrer metodologicamente a seleção e leitura de produções que tocam as questões acerca da precarização do trabalho profissional do Serviço Social. Como primeiro movimento foi feita a compreensão dessas produções acerca do que cada uma tratava em sua centralidade, tal passo se mostrou imprescindível para construção da pesquisa.

Nos textos pesquisados selecionamos 2 (dois) Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC), 1 (um) Artigo e 1 (uma) Dissertação, e os mesmos destacaram aspectos sobre os processos de precarização, adentrando sobre a relação entre o capital e o trabalho, a crescente deterioração dos direitos trabalhistas e a intensificação da terceirização, aumento da jornada de trabalho, adoecimento físico e mental dos profissionais, entre outras questões. Dessa forma, com as questões mencionadas acima forneceram subsídios para reflexão e análise crítica sobre a temática, bem como para aproximação com o objeto de pesquisa.

Contextualizando a condição do/a assistente social sobre a precarização do trabalho, Rayane Silva em seu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), realizado no ano de 2019, no curso de Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas, constatou que a insistência do capital em superar suas crises intensificou as situações de precarização do trabalho e das políticas públicas, assim:

[...] as atuais condições que impactam o exercício profissional dos/as assistentes sociais, se materializam na atividade profissional devido a sua condição de trabalho assalariado, bem como devido a agudização das

expressões da “questão social”. Intensificadas no cenário de crise do padrão de acumulação, demandam a intervenção destes profissionais, de modo que, conforme os dados apresentados têm-se uma expansão do mercado de trabalho para os profissionais de Serviço Social, no entanto essa expansão se dá em meio a condições e relações de trabalho cada vez mais precárias, mediante formas de contratações atípicas, baixo salário e extensão das jornadas de trabalho em mais de 30 horas semanais. (Silva, 2019, p. 65-66)

Esses processos de precarização do trabalho implicam no exercício profissional dos/as assistentes sociais, visto que atacam as políticas públicas, em especial as políticas sociais, que é o meio de trabalho destes profissionais.

Nessa mesma perspectiva o artigo publicado por Raquel Raichelis na revista Cortez Editora em 2011 aborda o mesmo pensamento sobre as consequências dos processos de precarização do trabalho na profissão do Serviço Social trazidas pelo capital:

Essa dinâmica de flexibilização/precarização atinge também o trabalho do assistente social, nos diferentes espaços institucionais em que se realiza, pela insegurança do emprego, precárias formas de contratação, intensificação do trabalho, aviltamento dos salários, pressão pelo aumento da produtividade e de resultados imediatos, ausência de horizontes profissionais de mais longo prazo, falta de perspectivas de progressão e ascensão na carreira, ausência de políticas de capacitação profissional, entre outros. (Raichelis, 2011, p. 422)

Ao precarizar as condições de trabalho, amplia-se consequentemente os fatores que incidem na integridade tanto física como psicológica do trabalhador. Em consonância disso, Jade Silva, em seu trabalho de conclusão de curso (TCC), produzido em 2019, no curso de Serviço Social na Universidade Federal de Ouro Preto, aborda pontos que tocam as condições de trabalho dos/as assistentes sociais e os impactos na saúde mental da categoria. Nesse sentido destaca que:

[...] a incerteza da estabilidade profissional é capaz de gerar insegurança, frustração, sentimento de impotência e portanto, adoecimento, face às relações informais de trabalho, consubstanciadas pelo avanço da terceirização e das estratégias de redução de custos com os encargos trabalhistas. (Silva, 2019, p. 9)

Sendo assim, o trabalhador passa por desafios em seu cotidiano profissional, sendo constantemente submetido a desenvolver suas atividades em uma realidade pautada em vínculos precários. Ao nosso ver, elucidar determinantes direcionados a condição de exploração

e, por conseguinte, adoecimento do trabalho profissional dos/das assistentes sociais torna-se indispensável à medida que fortalece a postura crítica da categoria enquanto classe trabalhadora e, especialmente, contribui também para compreensão dos limites e possibilidades do exercício profissional orientado por um projeto ético-político em tempos de condições precárias de trabalho.

Vale destacar que, essa questão também foi mencionada na produção da dissertação de mestrado de Girlene Cavalcante, defendida em 2019 no Mestrado em Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas. Nesta produção aparece a relação de precarização do trabalho do/da assistente social e das políticas sociais na atualidade. Sobre esse tipo de relação, a pesquisadora menciona:

Temos visto que as respostas profissionais do assistente social são parte das formas de enfrentamento às refrações da questão social e dependem da intervenção do Estado - já que este profissional não dispõe dos meios necessários para desenvolver a sua prática. Portanto, o redimensionamento das funções do Estado no que concerne às políticas sociais e aos serviços públicos põe desafios demasiados aos que trabalham na execução e legitimação de tais políticas. (Cavalcante, 2009, p. 13)

Como podemos ver, atualmente no mundo do trabalho está ocorrendo um momento avassalador de reiterada de direitos para a categoria, ocorrendo flexibilizações nas leis trabalhistas, e o Serviço Social sempre estará na luta em conjunto com os trabalhadores na resistência desses ataques do capitalismo. Sendo assim, é essencial reconhecer tal realidade que se faz cada vez mais necessário o debate sobre as condições de trabalho e a intensificação da exploração.

As leituras em questão foram de suma importância para que conseguíssemos ter aproximação com o objeto da pesquisa, explicitando a presença marcante de desafios e processos de precarização que se intensificam e marcam o fazer profissional da/o assistente social em suas particularidades. Decorrente a isto, foi possível compreender as imposições do capital que repercutiram negativamente sobre os direitos trabalhistas. E por fim, compreender as ações, mobilizações realizadas pelos/as assistentes sociais, como trabalhadores/as assalariados/as, sobre a luta pelos seus direitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo da pesquisa foi problematizar sobre o processo de precarização do trabalho no contexto capitalista, a partir de um recorte temporal que vai do ano de 2015 (que precede o golpe presidencial sofrido por Dilma Rousseff) até o ano de 2022 (período em que a precarização da vida social e do trabalho ganha maior aprofundamento sob o governo Bolsonaro). A pesquisa tocou também nas particularidades que afetam ao Serviço Social a respeito desse processo.

As adversidades e contradições de toda ordem trazidas pela corrida incessante do capital em recuperar suas altas taxas de lucratividade e gerar cada vez mais valor no processo de exploração e apropriação dos recursos de reprodução da força de trabalho resultou em desmonte das políticas públicas sociais, nas contrarreformas e nas flexibilizações dos vínculos trabalhistas.

Isso tudo, portanto, acabou por implicar em mais contradições, que se expressam na diminuição dos custos do capital com a força de trabalho, limitação do número de trabalhadores “estáveis”, em salários cada vez mais baixos, em postos de trabalho em condições muitas das vezes insalubres para a realização das funções, dentre outras inúmeras situações. Esse quadro geral de precarização repercute também sobre assistentes sociais.

O cenário de precarização que atinge também o Serviço Social traz desafios para a vida dos/as assistentes sociais, pois lutam pela implementação dos direitos para a categoria e para a população usuária nadando contra a corrente, principalmente no contexto de ofensivas advindas das políticas neoliberais e dos anseios do capital em precarizar o trabalho para reduzir os seus custos em prol de ampliar sua acumulação.

O/A profissional de Serviço Social está diretamente inserido nas inflexões das mudanças nos processos de trabalho, seja diretamente por fazer parte da classe trabalhadora, ou indiretamente atuando frente às expressões da questão social em que se encontram os/as usuários/as que acessam serviços desmontados e sucateados.

Diante disso, é de suma importância a busca pelo entendimento dos processos que levam a precarização do exercício profissional, proporcionando mais visibilidade ao trabalho realizado por assistentes sociais e o combate aos desafios encontrados pela categoria no cotidiano na contemporaneidade.

É imprescindível reafirmar as ações, estratégias e mobilizações realizadas pela categoria ao longo dos anos, refletidos pelas transformações que vem ocorrendo no mundo do trabalho e que geram tensão à classe trabalhadora. Para tanto, destaca-se as respostas construídas pelos/as

assistentes sociais que mantêm uma análise crítica fundamentada nas dimensões teórico-metodológico, técnico-operativa e ético-político do Serviço Social, frente aos movimentos de defesa dos direitos trabalhistas.

Por fim, este TCC não teve a intensão de esgotar o debate sobre a temática e sim trazer mais uma contribuição com dados e considerações, com fundamentação teórica sobre o assunto que é tão importante para a profissão, pois as problematizações abordadas são essenciais para auxiliar a compreensão do fenômeno e na formulação de respostas frente aos desafios profissionais neste contexto de crise do capital e precarização do trabalho.

Dessa forma esperamos ter contribuído, ainda que de maneira modesta, para a compreensão da realidade profissional local vivenciada pelos/as assistentes sociais, particularmente na Região Metropolitana de Aracaju.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Stênio Eduardo. **A Crise Estrutural do Capital de István Mészáros como uma síntese Sui Generis: Possibilidades e limites**. Uberlândia: Programa de pós-graduação em ciências sociais, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/12908/1/CriseEstruturalCapitalIstvan.pdf>> Acesso em: 10/06/2023.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho;: Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. São Paulo: Cortez, 2006. Disponível em: <file:///C:/Users/gabri/Desktop/TCC/TCC%202/Cap.%201/Textos%20usados%20no%20cap.%201/ANTUNES-%20Ricardo.%20Adeus%20ao%20Trabalho%20-%20Ensaio%20Sobre%20as%20Metamorfoses%20e%20a%20Centralidade%20do%20Mundo%20do%20Trabalho.pdf>> Acesso em: 12/06/2023.

ARAUJO, Marley; MORAIS, Kátia. **Precarização do trabalho e o processo de derrocada do trabalhador**. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2017. Disponível em: <file:///C:/Users/gabri/Desktop/TCC/TCC%202/Cap.%202/Textos%20usados%20no%20cap.%202/Precariza%C3%A7%C3%A3o%20do%20trabalho%20e%20o%20processo%20de%20derrocada%20do%20trabalhador.pdf>> Acesso em: 23/07/2023.

BALANCO, Paulo; PINTO, Eduardo. **Os anos dourados do capitalismo: uma tentativa de harmonização entre as classes**. São Paulo: Revista PUC SP, 2007. Disponível em: [file:///C:/Users/Emily%20Franklin/Downloads/11814-Texto%20do%20artigo-28330-1-10-20121001%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/Emily%20Franklin/Downloads/11814-Texto%20do%20artigo-28330-1-10-20121001%20(2).pdf)> Acesso em: 10/06/2023.

BEHRING, Elaine; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. São Paulo : Cortez, 2017. Disponível em: <file:///C:/Users/gabri/Desktop/TCC/TCC%202/Cap.%201/Textos%20usados%20no%20cap.%201/Politica%20social%20fundamentos%20e%20historia%20-%20Elaine%20Rosseti%20Behring%20e%20Ivanete%20Boschetti%20Behring.pdf>> Acesso em: 13/06/2023.

BORGES, Maria; MATOS, Maurílio. **As duas faces da mesma moeda: ultraneoliberalismo e ultraneoliberalismo no Brasil da atualidade**. Uberlândia: Editora Navegando, 2020. Disponível em: [file:///C:/Users/gabri/Downloads/LIVRO%20MODELO-%20ultraneo%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/gabri/Downloads/LIVRO%20MODELO-%20ultraneo%20(1).pdf)> Acesso em: 12/07/2023.

BRASIL. Lei nº 13.874, de 20 de Setembro de 2019. Institui a Declaração de Direitos de Liberdade Econômica. Diário Oficial da União, Brasília, DF, n. 183-B, 20 de Setembro de 2019. Seção 1 Edição Extra, página1. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/lei-n-13.874-de-20-de-setembro-de-2019-217365826>> Acesso em: 14/07/2023.

CABARCAS. Einer Jesus. Serviço Social e trabalho: por onde caminha o debate?. Vitória-ES: ENPES, 2018. Disponível em: <file:///C:/Users/Emily%20Franklin/Downloads/ekeys,+01424+Servi%C3%A7o+social+e+trabalho+-+por+onde+caminha+o+debate.pdf>> Acesso em: 10/07/2023.

CAVALCANTE, Girlene. **A precarização do trabalho e das Políticas Sociais na sociedade capitalista: fundamentos da precarização do trabalho do assistente social.** Maceió: Universidade Federal de Alagoas, 2009. Disponível em:

<<https://www.repositorio.ufal.br/bitstream/riufal/2338/1/A%20precariza%c3%a7%c3%a3o%20do%20trabalho%20e%20das%20pol%c3%adticas%20sociais%20na%20sociedade%20capitalista%20-%20fundamentos%20da%20precariza%c3%a7%c3%a3o%20do%20trabalho%20do%20assistente%20social.pdf>> Acesso em: 01/10/2023.

CFESS. **"Reforma" da Previdência? Assistente social diz não.** 2017. Disponível em: <<https://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1343>> Acesso em: 29/09/2023.

CFESS. **30 horas para assistentes sociais: CFESS participa de reunião com governo.** 2023. Disponível em: <<https://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/2018>> Acesso em: 28/09/2023.

CFESS. **Acompanhe as ações da campanha Nada a Temer: assistentes sociais contra a regressão de direitos.** 2016. Disponível em: <<https://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1310>> Acesso em: 28/09/2023.

CFESS. **Aprovação da Terceirização: mais um ponto para a greve geral já.** 2017. Disponível em: <<https://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1353>> Acesso em: 28/09/2023.

CFESS. **CFESS divulga orientação normativa sobre o exercício profissional da categoria.** 2020. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1682>> Acesso em: 17/09/2023.

CFESS. **CFESS lança manifesto sobre a contrarreforma trabalhista.** 2017. Disponível em: <<https://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1391>> Acesso em: 28/09/2023.

CFESS. **Começa a 11ª Conferência Nacional de Assistência Social, em Brasília (DF).** 2017. Disponível em: <<https://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1437>> Acesso em: 29/09/2023.

CFESS. **Coronavírus: e quem trabalha na política de assistência social.** 2020. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1717>> Acesso em: 29/09/2023.

CFESS. **Direito se conquista: 10 anos da Lei das 30 horas.** 2020. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1747>> Acesso em: 29/09/2023.

CFESS. **Gestão do CFESS se reúne novamente para o Conselho Pleno.** 2020. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1715>> Acesso em: 29/09/2023.

CFESS. **Manifesta Edição especial: A contrarreforma trabalhista.** 2017. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/arquivos/2017-CfessManifesta-ContrarreformaTrabalhista.pdf>> Acesso em: 29/09/2023.

CFESS. **Nota conjunta de entidades do serviço social sobre o arcabouço fiscal.** 2023. Disponível em: <<https://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/2005>> Acesso em: 29/09/2023.

CFESS. **O Conselho Federal de Serviço Social.** 2023. Disponível em: <<https://www.cfess.org.br/visualizar/menu/local/o-cfess>> Acesso em: 17/09/2023.

CFESS. **Piso salarial de assistentes sociais é aprovado em comissão da Câmara.** 2023. Disponível em: <<https://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/2009#:~:text=O%20PL%2C%20com%20as%20considera%C3%A7%C3%B5es,toda%20a%20categoria%2C%20seja%20quem>> Acesso em: 09/08/2023.

CFESS. **Vandalismo ocorreu dentro Congresso Nacional.** 2016. Disponível em: <<https://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1323>> Acesso em: 28/09/2023.

CFFESS. **Regulamentação da profissão.** 2023. Disponível em : <<http://www.cfess.org.br/visualizar/menu/local/regulamentacao-da-profissao>> Acesso em: 17/09/2023.

CUT. **Taxa de desemprego no trimestre é de 8,5%, a menor desde 2015, diz IBGE.** 2023. Disponível em: <<https://www.cut.org.br/noticias/taxa-de-desemprego-no-trimestre-e-de-8-5-a-menor-desde-2015-diz-ibge-cbb#:~:text=Em%202015%20a%20taxa%20ficou,foi%20de%208%2C4%25.>>> Acesso em: 27/07/2023.

FACHINI, Tiago. **Reforma trabalhista: principais mudanças e impactos.** **Projuris**, 2022-2023. Disponível em: <<https://www.projuris.com.br/blog/reforma-trabalhista/>> Acesso em: 12/07/2023.

GHIRALDELLI, Reginaldo. **Reformas Trabalhistas: modernização destrutiva no Brasil das desigualdades.** Juiz de Fora: Revista Libertas, 2019. Disponível em: <file:///C:/Users/gabri/Desktop/TCC/TCC%202/Cap.%202/Textos%20usados%20no%20cap.%202/textos%20para%20reformular%20o%20cap.%202/Prezariza%C3%A7%C3%A3o%20do%20trabalho%20no%20Brasil_02.pdf> Acesso em: 14/07/2023.

GOMES, Melânia. **Relatório de Estágio Supervisionado I, II e III em Serviço Social no Centro de Referência da Assistência Social Madre Tereza de Calcutá.** São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2018.

IAMAMOTO, Marilda. **O Serviço Social na Contemporaneidade: Trabalho e formação Profissional.** São Paulo: Cortez, 2000. Disponível em: <<https://wandersoncmagalhaes.files.wordpress.com/2013/07/livro-o-servico-social-na-contemporaneidade-marilda-iamamoto.pdf>> Acesso em: 10/07/2023.

IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: Esboço de uma interpretação histórico-metodológica.** São Paulo: Cortez, 2006. Disponível em: <<file:///C:/Users/gabri/Downloads/Relacoes%20Sociais%20e%20Servico%20Social%20no%20Brasil.pdf>> Acesso em: 08/07/2023.

IBGE. **Entre 2014 e 2017, desemprego cresceu mais em Santa Catarina e no Rio.** 2018. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/20118-entre-2014-e-2017-desemprego-cresceu-mais-em-santa-catarina-e-no-rio-de-janeiro#:~:text=Comparado%20a%202014%2C%20a%20popula%C3%A7%C3%A3o%20de%20sempregada%20subiu%2086%2C4%25.&text=A%20pesquisa%20tamb%C3%A9m%20revelou%20que,26%2C5%20milh%C3%B5es%20de%20pessoas.>> Acesso em: 27/07/2023.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2023. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/>> Acesso em: 16/07/2023.

IBGE. **Norte e Nordeste puxam desocupação recorde no primeiro trimestre no país.** 2021. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/30785-norte-e-nordeste-puxam-desocupacao-recorde-no-primeiro-trimestre-no-pais>> Acesso em: 01/08/2023.

IBGE. **PNAD Contínua: taxa de desocupação cai em 11 das 27 UFs no 2º trimestre de 2017.** Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/15693-pnad-continua-taxa-de-desocupacao-cai-em-11-das-27-ufs-no-2-trimestre-de-2017#:~:text=A%20regi%C3%A3o%20Nordeste%20permaneceu%20apresentando,menor%2C%208%2C4%25.>> Acesso em: 29/07/2023.

IBGE. **Taxa média de desemprego cai a 9,3% em 2022, menor patamar desde 2015.** 2023. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/36351-taxa-media-de-desemprego-cai-a-9-3-em-2022-menor-patamar-desde-2015>> Acesso em: 29/07/2023.

LESSA, Sérgio. **Serviço social e trabalho: porque o serviço social não é trabalho.** São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

LUZ, Victória. **Relatório de Estágio Supervisionado I, II e III em Serviço Social no Hospital do Estado de Sergipe – HUSE.** São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2020.

MARX, Karl. **Manuscrito econômico-filosóficos.** São Paulo: Boitempo Editorial. 1982. Disponível em: <<file:///C:/Users/gabri/Desktop/TCC/TCC%202/Cap.%201/Textos%20usados%20no%20cap.%201/Karl%20Marx%20-%20manuscritos%20economicos%20filosoficos.pdf>> Acesso em: 02/06/2023.

MARX, Karl. **O capital.** São Paulo: Nova Cultural. 1985. Disponível em : <[file:///C:/Users/gabri/Desktop/TCC/TCC%202/Cap.%201/Textos%20usados%20no%20cap.%201/O%20Capital.%20vol%20I_Karl%20Marx_Boitempo%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/gabri/Desktop/TCC/TCC%202/Cap.%201/Textos%20usados%20no%20cap.%201/O%20Capital.%20vol%20I_Karl%20Marx_Boitempo%20(1).pdf)> Acesso em: 29/05/2023.

MORAES, Carlos; SHOCAIR, Gabriela. **Tendências do mercado de trabalho do Serviço Social brasileiro na entrada do século XXI: análise de indicadores Nacionais, Estaduais e Regionais.** Vitória, 2018. Disponível em:

<<file:///C:/Users/gabri/Downloads/ekeys,+TEND%C3%84NCIAS+DO+MERCADO+DE+TRABALHO+DO+SERVI%C3%87O+SOCIAL+BRASILEIRO+NA+ENTRADA+DO+S%C3%89CULO+XXI+AN%C3%81LISE+DE+INDICADORES+NACIONAIS,+E.pdf>> Acesso em: 09/08/2023.

MOTA, Ana. **Superexploração: uma categoria explicativa do trabalho precário.** Universidade Federal de Pernambuco: Revista Museu de Lanifícios, 2013. Disponível em: <file:///C:/Users/gabri/Downloads/Precariza%C3%A7%C3%A3o%20e%20Superexplora%C3%A7%C3%A3o_Bethe%20Mota.pdf> Acesso em: 23/07/2023.

NASCIMENTO, Veronica. **Atuação do assistente social em uma unidade de saúde da família: aspectos sobre a saúde do idoso.** São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2022.

NETO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política: uma introdução crítica.** São Paulo: Cortez, 2006. Disponível em: <[file:///C:/Users/gabri/Desktop/TCC/TCC%202/LIVROS/Economia%20Pol%C3%ADtica_Jos%C3%A9_Paulo_Netto_Marcelo_Braz%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/gabri/Desktop/TCC/TCC%202/LIVROS/Economia%20Pol%C3%ADtica_Jos%C3%A9_Paulo_Netto_Marcelo_Braz%20(1).pdf)> Acesso em: 05/06/2023.

OLIVEIRA, Adailton; SANTOS, Jamaica. **Relatório de Estágio Supervisionado I, II e III em Serviço Social no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe – IFS.** São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2016.

PETRAS, James. **Brasil: a retirada dos direitos sociais e trabalhistas.** Florianópolis: Revista de Ciências Humanas, 2012. Disponível em: <<file:///C:/Users/gabri/Desktop/TCC/TCC%202/Cap.%202/Textos%20usados%20no%20cap.%202/A%20retirada%20de%20direitos%20sociais%20trabalhistas%20-%20james%20petra.PDF>> Acesso em: 14/07/2023.

PNAD. Com pandemia, 20 estados têm taxa média de desemprego recorde em 2020. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/30235-com-pandemia-20-estados-tem-taxa-media-de-desemprego-recorde-em-2020>> Acesso em: 05/08/2023.

PNAD. **Periódico PNAD-Contínua.** Disponível em: <https://transparencia.aracaju.se.gov.br/wp-content/uploads/periodicos/Periodico_PNAD_Continua_Aju_2020_2.pdf> Acesso em: 03/08/2023.

PNAD. **Periódico PNAD-Contínua.** Disponível em: <https://transparencia.aracaju.se.gov.br/prefeitura/wp-content/uploads/periodicos/Periodico_PNAD_Continua_Aju_2022_3.pdf> Acesso em: 05/08/2023.

RAICHELIS, Raquel. **O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente as violações de seus direitos.** São Paulo, 2011. Disponível em: <<file:///C:/Users/gabri/Desktop/TCC/TCC%202/Cap.%202/Textos%20usados%20no%20cap.%202/Trabalho%20Profisisonal%20e%20precariza%C3%A7%C3%A3o.pdf>> Acesso em: 10/09/2023.

ROSSINI, Gabriel Almeida. **Crise de 1929**. Rio de Janeiro: FGV CPDOC, 2013. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CRISE%20DE%201929.pdf>> Acesso em: 07/06/2023.

SANTANA, Amanda. **Rede de atenção do cuidado em saúde: planejamento e trabalho do Serviço Social em Unidades de Pronto Atendimento – UPAS**. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2022.

SANTANA, Bruna; REIS, Inea. **Relatório de Estágio Supervisionado I, II e III em Serviço Social na Fundação de Apoio a Pesquisa e Extensão de Sergipe – FAPES**. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2015.

SANTOS, Isabella. **Uma análise do Serviço Social no âmbito do acolhimento institucional de crianças e adolescentes na Região Metropolitana de Aracaju**. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2022.

SANTOS, Joyce; SANTOS, Maria. **O cotidiano profissional do assistente social do ministério público de Sergipe**. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2016.

SANTOS, Mônica; SANTOS, Raquel. **Atuação do assistente social em tempos de desmonte da política de saúde mental**. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2022.

SEAD. **Sergipe registra queda no desemprego no primeiro trimestre de 2015**. Aracaju/SE, 2019. Disponível em: <<https://sead.se.gov.br/sergipe-registra-queda-no-desemprego-no-primeiro-trimestre-de-2015/>> Acesso em: 01/08/2023.

SERGIPE, Observatório. **Pnad Contínua: desemprego em Sergipe cai de 12,1% para 11,9% no quarto trimestre de 2022**. Aracaju/SE, 2023. Disponível em: <<https://observatorio.se.gov.br/pnad-continua-desemprego-em-sergipe-cai-de-121-para-119-no-quarto-trimestre-de-2022/>> Acesso em: 03/08/2023.

SERPA, Moema. Et al. **Os impactos contrarreformistas no mercado de trabalho de saúde e assistência social na prefeitura de Campina Grande**. Campina Grande, 2020. Disponível em: <file:///C:/Users/gabri/Desktop/TCC/TCC%202/Cap.%202/Textos%20usados%20no%20cap.%202/textos%20para%20reformular%20o%20cap.%202/OSQ_47_art_9.pdf> Acesso em: 16/07/2023.

SILVA, Jade. **SERVIÇO SOCIAL E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO: Condições de trabalho dos assistentes sociais e os impactos na saúde mental**. Mariana/MG: Universidade Federal de Ouro Preto, 2019. Disponível em: <https://monografias.ufop.br/bitstream/35400000/2360/1/MONOGRAFIA_Servi%c3%a7oSocialPrecariza%c3%a7%c3%a3o.pdf> Acesso em: 01/10/2023.

SILVA, Rayane. **O CAMINHO DE VOLTA AO SERVIÇO SOCIAL: a condição do/a assistente social sob a precarização do trabalho**. Palmeira dos Índios: Universidade Federal de Alagoas, 2019. Disponível em: <<file:///C:/Users/gabri/Desktop/TCC/TCC%202/Cap.%203/tcc%20usado%20no%20t%C3%B3pico%203.3.pdf>> Acesso em: 01/10/2023.

TABORDA, Elis; MANN, Lilian; PFEIFER, Mariana. **A autonomia relativa no exercício profissional do assistente social**. Florianópolis SC: Seminário Nacional de Serviço Social, trabalho e política social, 2015. Disponível em:

<file:///C:/Users/Emily%20Franklin/Downloads/Eixo_2_61.pdf> Acesso em: 21/07/2023.

TRINDADE, Hiago. **A contrarreforma trabalhista e as tendências da precarização do trabalho no Brasil**. Vista Grossa: Revista Emancipação, 2021. Disponível em:

<<file:///C:/Users/gabri/Desktop/TCC/TCC%202/Cap.%202/Textos%20usados%20no%20cap.%202/textos%20para%20reformular%20o%20cap.%202/Trabalho%20precarizado%20no%20Brasil.pdf>> Acesso em: 25/07/2023.

ZACARIAS, Raquel. **O processo de acumulação capitalista, crise estrutural do capital e a destruição ambiental: uma visão crítica**. Rio de Janeiro: Anais do I circuito de debates acadêmicos, 2011. Disponível em:

<<https://www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area2/area2-artigo11.pdf>> Acesso em: 05/06/2023.